

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

JADE GONÇALVES CASTILHO LEITE

**“Quem sabe da favela é o favelado”: o estudo de caso do projeto Voz das
Comunidades e as relações entre a Educomunicação e o Jornalismo
Comunitário**

SÃO PAULO

2023

JADE GONÇALVES CASTILHO LEITE

**“Quem sabe da favela é o favelado”: o estudo de caso do projeto Voz das
Comunidades e as relações entre a Educomunicação e o Jornalismo
Comunitário**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de
Comunicações e Artes da Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Licenciada em Educomunicação.

Área de Concentração: Educomunicação

Orientadora: Prof. Dra. Roseli Figaro

SÃO PAULO

2023

Nome: Jade Gonçalves Castilho Leite

Título: “Quem sabe da favela é o favelado”: o estudo de caso do projeto Voz das Comunidades e as relações entre a Educomunicação e o Jornalismo Comunitário

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Licenciada em Educomunicação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Figaro

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Assinatura:_____

Julgamento:_____

Prof. Dra. Claudia Lago

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Julgamento:_____

Assinatura:_____

Prof. Mestre Cecília Helena Toledo Vieira

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas

Julgamento:_____

Assinatura:_____

*Dedico este trabalho à minha bisavó,
Aracelis, que aos seus 91 anos me disse
para não desistir dos meus sonhos e do
que acredito (em memória).*

AGRADECIMENTOS

“Temos que abraçar a mudança, e fazendo-a podemos viver num mundo onde a liberdade seja para todos”. A frase da escritora negra estadunidense bell hooks reflete, essencialmente, os objetivos pretendidos ao escrever este projeto e com toda a minha trajetória acadêmica e, acima de tudo, humana. E foi assim, que me foi passado pela minha família, a quem agradeço imensamente. Não só pelos ensinamentos dados sobre a vida e o que poderia fazer dela, mas principalmente pelo apoio e suporte durante toda a minha vida e educação.

Agradeço à minha mãe e irmã, que sempre não somente me incentivaram, como também deram suporte para todas as minhas dúvidas e ansiedades, fazendo com que continuasse minha caminhada. Deixo à minha bisavó, Aracelis, um agradecimento especial e a dedicação deste trabalho; com ela, aprendi a olhar o outro com carinho, respeito e ternura desde pequena. Com ela, entendi que desistir não é o melhor remédio, quando se enfrenta problemas e dificuldades. Sei que, independentemente de onde ela esteja, caminhou comigo nessa jornada.

Agradeço aos meus amigos e amigas da Licenciatura em Educomunicação. Durante estes anos, inclusive em isolamento social por conta da pandemia de covid-19 em 2020 e 2021 e com aulas remotas, compartilhamos, construímos, sonhamos e aprendemos coletivamente.

Nesse percurso também deixo um agradecimento à minha namorada e companheira, Laura, que além de compartilhar as ansiedades e inquietudes da produção de um Trabalho de Conclusão de Curso, se tornou uma parceria única de amor e de trocas inimagináveis, trocando muitas vezes o lazer e a diversão por discussões e debates sobre os problemas da comunicação no Brasil.

Agradeço à minha querida orientadora, Prof. Dra. Roseli Figaro, que, além de uma inspiração, esteve presente na elaboração deste projeto e emprestou seu tempo, dedicação, conhecimento e carinho à essa pesquisa.

Deixo meu agradecimento especial a Rafael Costa, repórter do Voz das Comunidades, que dedicou seu tempo e respeito ao meu trabalho, oferecendo grandiosas e valiosas contribuições.

Por fim, agradeço a todos e todas que estiveram comigo ao longo dessa caminhada, afinal, não construímos nada sozinhos e sim, em conjunto.

RESUMO

A partir da investigação das produções jornalísticas do jornal comunitário Voz das Comunidades do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, o presente trabalho busca analisar, a partir do estudo de caso, a comunicação comunitária na prática. Além disso, pretende-se observar como esse espaço pode possibilitar a construção de outras narrativas sobre as regiões, por meio do olhar de quem vive e constrói o território, valorizando suas potencialidades e olhares locais. Retomando os conceitos de Jornalismo Comunitário e Educomunicação, o trabalho evidencia a importância da comunicação como direito e as contribuições da práxis educ comunicativa para projetos jornalísticos feitos em uma comunidade.

Palavras-chave: Educomunicação; Jornalismo Comunitário; Voz das Comunidades; protagonismo; direito.

ABSTRACT

Based on the investigation of journalistic productions from the community newspaper Voz das Comunidades, from Complexo do Alemão, in Rio de Janeiro, the present work seeks to analyze, based on the case study, community communication in practice. In addition, it is intended to observe how this space can enable the construction of other narratives about the regions, through the eyes of those who live and build the territory, valuing their potential and local perspectives. Resuming the concepts of Community Journalism and Educommunication, the work highlights the importance of communication as a right and the contributions of educommunication praxis to journalistic projects carried out in a community.

Palavras-chave: Educommunication; Community Journalism; Voz das Comunidades; protagonism; rights.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Leite, Jade Gonçalves Castilho

"Quem sabe da favela é o favelado": : o estudo de caso do projeto Voz das Comunidades e as relações entre a Educomunicação e o Jornalismo Comunitário / Jade Gonçalves Castilho Leite; orientadora, Roseli Figaro. - São Paulo, 2023.
69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Comunicações e Artes / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Educomunicação. 2. Jornalismo Comunitário. 3. Voz das Comunidades. 4. protagonismo. 5. direito. I. Figaro, Roseli . II. Título.

302.2

CDD 21.ed. -

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DIREITO À COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA.....	14
1.1 O exercício do direito à comunicação na comunicação comunitária.....	18
1.2 MÍDIAS ALTERNATIVAS	20
2. A PRÁTICA JORNALÍSTICA	22
2.1 A objetividade no Jornalismo	24
2.2. O JORNALISMO <i>ONLINE</i>	26
3. O JORNALISMO COMUNITÁRIO	28
3.1 O Jornalismo Comunitário e sua prática	30
4. METODOLOGIA ADOTADA	32
4.1 Espaço de investigação: Voz das Comunidades	35
4.2 O ESPAÇO: AS COMUNIDADES	39
4.2.1. A favela mais antiga do Rio de Janeiro	41
4.3 VOZ DAS COMUNIDADES: PROJETO DE RESISTÊNCIA	42
4.4 COBERTURA JORNALÍSTICA	43
4.5 POR QUE FAZER COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA?	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
ANEXOS	62

INTRODUÇÃO

A comunicação comunitária e a Educomunicação são campos interrelacionados e presentes em diversos debates na área da comunicação e educação. Na epistemologia da Educomunicação, alguns autores já discutem a Comunicação em comunidade, se aproximando também do Jornalismo Comunitário. Os pressupostos de uma comunicação libertária englobam os direitos humanos e a comunicação também como direito e possibilitam um novo olhar a partir da Educomunicação, sua interface e paradigma de prática dialógica.

Não somente esses campos se atravessam neste trabalho, como também minha trajetória na Educomunicação e no Jornalismo são atravessadas pela comunicação e Jornalismo Comunitários. Desde cedo, me interessei pela área da comunicação e em como poderia alcançar pessoas e culturas por meio dela, além da abertura de diálogos e debates que o Jornalismo de interesse público pudesse despertar. O trabalho dos repórteres que via na televisão e os textos dos jornais eram, muitas vezes, parceiros do meu dia a dia.

Em 2015, ingressei no curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), como bolsista integral do Programa Universidade Para Todos, o Prouni. Durante a faculdade, me interessei, com mais afinco, pelas disciplinas de Jornalismo Comunitário e Jornalismo Literário e nelas encontrei propósitos e ferramentas para contar as histórias que tanto havia sonhado trabalhar. Em 2016, um ano após ingressar na Universidade, me tornei bolsista do projeto de extensão universitária “Comunicação e Saúde: a Educomunicação no combate às arboviroses”, com orientação da Prof. Me. Cecília Helena de Toledo.

Durante um ano, tive contato com um novo campo de estudo e formação, ao qual não havia ouvido falar antes, por intermédio da docente orientadora. O projeto trabalhava oficinas e a criação de produtos comunicativos que pudessem auxiliar o agente comunitário de saúde de Campinas no diálogo com a população para o combate à dengue, *zika* e *chikungunya*, epidemias da época. Em doze meses, realizamos atividades práticas, redação e diagramação de jornais murais para os

centros de saúde, gravação e edição de vídeos com os agentes responsáveis em seu território de trabalho.

Com o material, divulgamos não somente o trabalho feito pelos profissionais, muitas vezes, invisíveis aos olhos das comunidades atendidas, mas também promovemos, com eles, o diálogo sobre as melhores práticas para a prevenção de doenças e trocamos conhecimento acerca da educação em saúde, apresentando a eles também como a comunicação pode auxiliar no seu dia a dia. Naquele momento, não sabia ao certo, mas estava trabalhando e exercendo a Educomunicação na prática.

Com o contato com os textos de Ismar Soares, Donizete Soares, Roseli Figaro e Maria Cristina Castilho Costa, despertei o olhar e o coração para o campo da Educomunicação e como ele complementaria minha formação em Jornalismo. Ao conhecer a Licenciatura em Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), não pensei duas vezes e me inscrevi para o vestibular.

Em 2019, ingressei no curso de Educomunicação e segui meu caminho de aprendizado e práxis sobre essa epistemologia. Logo no início, percebi as inúmeras relações que o Jornalismo, minha formação anterior, possui com a Educomunicação, uma vez que ambas ancoram pilares de atuação em torno da informação de interesse público, do direito à informação e liberdade de expressão. Em 2020, comecei meu projeto de pesquisa de iniciação científica com orientação do Prof. Dr. Claudemir Edson Viana, com o tema “Educação e Saúde nos tempos de epidemia: contribuições da Educomunicação como tecnologia de mobilização social”. Minha pesquisa se dedicou a encontrar indicadores avaliativos acerca da formação em Educomunicação oferecida pelo projeto Educom.Saúde-SP, dado aos profissionais da saúde do estado de São Paulo.

O objeto de pesquisa e análise era semelhante ao que já havia trabalhado em 2015, durante o curso de Jornalismo. Por um ano, recebi orientações e mentoria do Prof. Dr. Claudemir em meio à pandemia de COVID-19, momento desafiador para educandos, educadores e toda a população mundial. Apesar do trabalho remoto, pude fazer conexões com tutores, coordenadores e cursistas do Educom.Saúde-SP, observando e analisando, de perto, o trabalho executado e seus frutos para uma melhor comunicação com a população no território.

A iniciação científica também rendeu frutos para minha formação, como a apresentação no Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo (SIICUSP) em 2021, no 45º Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e no XV Seminário da Comunicação: Diversidade, Raça e Gênero na Comunicação promovida pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), ambos em 2022.

Seguindo o mesmo âmbito de pesquisa e ensino, também fui monitora da disciplina de Fundamentos Epistemológicos da Educomunicação com orientação do Prof. Dr. Claudemir Edson Viana. Com esse contato com educandos e com a epistemologia educ comunicativa, agora como monitora, pude aprofundar leituras e experienciar a prática da dinâmica da sala de aula.

Todos esses processos e momentos me fizeram compreender e entender a Educomunicação na prática e também observar como a atuação e o compromisso com os direitos humanos são imprescindíveis para a ação educ comunicativa. Compreender, verdadeiramente, que o respeito, o compromisso com o diálogo, a autonomia dos sujeitos, a valorização de seu conhecimento de mundo e a horizontalidade são pressupostos da Educomunicação, permeado pela comunicação comunitária, com autores e pensadores também dedicados à ela.

O seguinte trabalho é uma reflexão a partir de uma intervenção que busca questionar o monopólio da comunicação e do Jornalismo, reivindicando os mesmos como direitos. Além disso, espero estar contribuindo para o campo da Comunicação e da Educomunicação como epistemologias e apresentar as possíveis relações entre o Jornalismo Comunitário e a práxis educ comunicativa. Para isso, tomo como objeto de estudo e análise o Jornal Comunitário Voz das Comunidades, realizado e promovido por e para moradores das comunidades do Rio de Janeiro.

O primeiro capítulo deste trabalho traz um panorama histórico da comunicação como direito, a importância da participação popular, o conceito de comunicação comunitária e sua prática no exercício da cidadania, com suporte em autores como Norberto Bobbio, Paulo Freire e Mario Kaplún. O segundo capítulo se dedica sobre a prática jornalística, seus objetivos e padrões éticos e de compromisso com o público e o interesse da sociedade com auxílio dos autores José Marques de Melo, Clóvis Rossi e Luciene Tófoli.

Já o terceiro capítulo se debruça sobre o Jornalismo Comunitário, sua prática, pressupostos e objetivos de resgate da identidade individual e coletiva dos sujeitos a

partir da valorização da cultura local, da coletividade e da noção de pertencimento com aporte de Cicília Peruzzo, Raquel Paiva, Venício de Lima, Alexandre Haubrich e Mara Rovida.

No quarto capítulo, apresento o objeto de estudo: o projeto Voz das Comunidades, detalhando sua atuação, organização, surgimento, contexto e processo de construção da comunicação comunitária para as regiões e comunidades atendidas e informadas por meio dele. Neste mesmo capítulo também apresento o olhar de um de seus repórteres e representantes, Rafael Costa, que detalha seu cotidiano de trabalho e produção jornalística.

Por fim, a pesquisa busca apresentar as relações entre a Educomunicação e o Jornalismo Comunitário, seus pressupostos de trabalho, atuação, práxis e consolidação. Assim, apresento uma reflexão a partir da intervenção de um projeto questionador da comunicação hegemônica e que reivindica a comunicação comunitária como possibilidade de efetivação do direito à comunicação e informação, contribuindo, assim, para o campo da Comunicação e da Educomunicação e da perspectiva da existência de um Jornalismo educ comunicativo.

1. DIREITO À COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA

Antes de iniciarmos a reflexão a respeito da comunicação comunitária, do Jornalismo Comunitário e as possíveis relações do mesmo com a Educomunicação, é preciso se atentar, antes de tudo, à comunicação e à informação como direitos. Ao longo das últimas décadas, o direito humano à comunicação tem sido debatido, questionado e reconhecido por diversos instrumentos legais e entidades.

O pacto civilizatório da Constituição Federal de 1988 marca direitos e deveres de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras. Com relação ao direito de comunicação, no Capítulo V, Art. 220, é garantida a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, de qualquer forma, processo ou veículo de comunicação não sofrerão nenhum tipo de restrição ou censura. Assim, é assegurado a todos o acesso à informação.

Além do direito à informação, a Constituição Cidadã, que completou 34 anos em 2022, assegura a toda pessoa o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideais de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no Artigo 19º, assegura que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio. Outros direitos presentes e assegurados pela Declaração são o direito à liberdade de informação e o direito ao acesso e uso dos meios de comunicação e das tecnologias da informação e comunicação, como uma questão de cidadania.

De acordo com Norberto Bobbio (1992), os direitos da pessoa sofreram processos de passagem, iniciando nos direitos de liberdade, como religião, opinião, imprensa, para os direitos políticos e sociais. Em um segundo momento, ocorre a passagem para direitos além do indivíduo, como a família, as minorias étnicas e religiosas, como toda a humanidade em seu conjunto. Segundo o autor, acontece ainda um terceiro processo, a passagem do sujeito genérico para o sujeito específico,

tomado na diversidade em seus múltiplos aspectos de diferenciação. São direitos pelos quais se organizam os mais diferentes movimentos sociais ao redor do mundo.

José Marques de Melo, jornalista e pesquisador da comunicação social, também se debruçou sobre a importância dos meios de comunicação como educadores coletivos. De acordo com Melo, uma comunidade que não tem experiência de participação popular e intervenção na coisa pública, é um povo condenado aos processos de marginalização social e política, já que permanece mudo e apático (1986).

Na carta magna brasileira, os direitos à educação e informação estão circunscritos, mas não basta somente essa garantia constitucional, também é preciso que se cobre o dever do Estado para seu cumprimento e observância. “Comunicar, expressar livremente fatos e ideias, pressupõe o domínio do código e o acesso aos conteúdos que permitirão produzir mensagens e difundi-las, divulgá-las” (MELO, 1986, p.69).

Na atualidade, a comunicação se faz presente como parte integrante dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao direito de se comunicar, de se expressar e de receber uma comunicação. O acesso à informação, seu manejo, utilização e aplicação depende do código, da língua, das formas de compreensão e expressão a que se configuram.

Para além dos direitos constitucionais e do reconhecimento da comunicação como direito humano, é importante retomar os fundamentos ontológicos da comunicação na formação do ser humano e da sociedade. Nesse sentido, dois aspectos inerentes a uma sociedade é a comunicação e a ‘leitura’ da palavra. O ser humano precisa se comunicar para manter sua sobrevivência em uma comunidade de caráter coletivo.

Do latim *communicare*, que significa “tornar comum”, a comunicação vai muito além da troca de informações e conhecimentos. Trata-se, sim, não somente da troca, mas da resposta interativa entre os participantes. Para garantir essa interação em sua totalidade foi necessária a criação de uma língua, um código e uma estrutura de signos.

O conceito de comunicação perpassa as relações sociais e o próprio processo de aprendizado e leitura da realidade. A necessidade de comunicação está intimamente relacionada ao pensamento humano, segundo os psicólogos Lev Semenovitch Vygotsky e Alexei Leontiev. Os seres humanos, a partir da evolução natural, tornaram-se biologicamente aptos à realização do trabalho, influenciados mutuamente a essas mudanças por essa atividade, como um processo que liga o homem à natureza, o processo de ação do homem sobre a natureza.

A imagem consciente, a representação, o conceito tem uma base sensível. Todavia, o reflexo consciente da realidade não se limita ao sentimento sensível que dele se tem. Já a simples percepção de um objeto não o reflete apenas como possuindo uma forma, uma cor, mas também como tendo um significado objetivo e estável determinado, por exemplo, alimento, instrumento (LEONTIEV, 1978, p.91).

A comunicação perpassa as relações sociais, processos de aprendizado e leitura da realidade desde o alvorecer do processo de evolução de nossa espécie. Comunicar é construir laços de sociabilidade, faz parte da edificação das instituições sociais. A partir disso, vê-se necessário o entendimento do processo de se comunicar, a importância da linguagem e o seu caráter fundamental a um indivíduo no meio social.

A linguagem assume a função de fundamento do ser social. Por meio dela, os seres humanos produzem e compreendem ideias e/ou difundem as suas próprias. Logo, fica notório destacar a relação íntima entre os conceitos de linguagem e pensamento (VYGOTSKY, 2004); linguagem como a forma em que se expressa o pensar e o pensamento, as ideias, os conceitos e os significados que o indivíduo adquire por experiência, através de uma construção histórica e social.

Assim como apontar a relação entre a linguagem e o pensamento no processo de comunicação, também é preciso refletir acerca da leitura da palavra. De acordo com Paulo Freire (2017), a leitura do mundo precede a leitura da palavra como parte desse aprendizado, no qual o contexto social e cultural de qualquer indivíduo deve ser considerado no âmbito do estudo.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (p.9).

Nessa perspectiva, entende-se que a leitura e a comunicação são procedimentos em que os envolvidos fazem parte da construção e desenvolvimento de ambos, atuando como sujeitos. Segundo Freire (2017), na prática da comunicação democrática e crítica, a leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas, tendo seus comandos dados a partir de palavras, temas significativos e da experiência comum de quem recebe e produz as informações veiculadas e produzidas.

A comunicação se dá como uma coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer e implica em uma reciprocidade que não pode ser rompida. A comunicação se entende como o diálogo na medida em que não é transferência de conhecimento, mas um encontro dos sujeitos e interlocutores que seguem em busca pela informação. Assim, de acordo com Lima (2011), a comunicação é uma situação social, na qual as pessoas criam conhecimento juntas, transformando e humanizando o mundo, não impondo-o.

Kaplún, na obra “El Comunicador Popular” (1985), afirma que a verdadeira comunicação não se dá por um emissor, que fala, e um receptor, que escuta.

La verdadera comunicación -dicen- no está dada por un emisor que habla y un receptor que escucha, sino por dos o más seres o comunidades humanas que intercambian y comparten experiencias, conocimientos, sentimientos (aunque sea a distancia y a través de medios artificiales). Es a través de ese proceso de intercambio cómo los seres humanos establecen relaciones entre sí y pasan de la existencia individual aislada a la existencia social comunitaria (p.68).

Sob este olhar, a comunicação se dá na parceria dos sujeitos, cujo objeto do conhecimento não pode se constituir, exclusivamente, no pensamento, mas sim na mediação das relações entre os seres humanos e o mundo.

1.1 O EXERCÍCIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO NA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Aspecto do exercício do direito à comunicação é a manifestação das comunidades por meio da organização e da mobilização na perspectiva democrática

e participativa. A mobilização social pode ser compreendida como uma forma de construir a democracia e a participação popular. De acordo com Reis (2020), a mobilização se dá na reunião de grupos populares com objetivos em comum, dedicação contínua e resultados frequentes. Ou seja, a mobilização se dá no exercício cotidiano para a produção do engajamento e da consciência dos direitos e da cidadania.

Segundo Henriques (apud REIS, 2020, p.51), a comunicação é fundamental nos movimentos sociais e na mobilização de comunidades.

“[...] a comunicação é imprescindível para os movimentos sociais, sendo, ela própria, o fato de coordenação de ações e mobilização. No entanto, deve ser plástica e flexível o suficiente para não corromper o dinamismo dos desejos e interesses das pessoas mobilizadas e, assim, assegurar a participação democrática desses atores”.

Ainda, a comunicação para a mobilização social deve se propor a orientar os sujeitos em seus espaços de convivência e interação para que as relações sejam desenvolvidas através do diálogo livre entre os indivíduos, e o conhecimento seja difundido e apreendido de forma dialógica e dentro dos próprios contextos da comunidade. Assim, entende-se que é somente por meio da mobilização social e da comunicação comunitária que se pode construir uma forma de convivência e participação democrática nos espaços de convivência social.

Convenciona-se usar o termo comunicação comunitária para a participação da sociedade civil nas comunidades, nos movimentos ou nas organizações sociais. Para Bauman (2003), a comunidade se fortalece quando há o compartilhamento e o cuidado mútuos. Para o pensador, viver em comunidade pressupõe a criação de laços interdependentes, com diversas tarefas que só podem ser realizadas pelo coletivo, ou seja, com base na articulação em redes .

As referências teóricas do campo da comunicação apontam a mobilização social e comunitária na perspectiva dos movimentos sociais rurais de luta por moradia e reforma agrária, especialmente a partir dos anos 1970 e 1980, com trabalhos de Paulo Freire, Mario Kaplún e Jesús Martín-Barbero. Na obra “Extensão ou Comunicação”, Freire aborda a perspectiva de se trabalhar a comunicação de um modo mais participativo, a partir de uma alternativa dialógica e horizontal, de verdadeira troca, em que a mesma não é feita de forma verticalizada, mas sim em

uma relação bidirecional, em que a troca de experiências e aprendizados compreende todos os sujeitos envolvidos no ecossistema comunicativo.

Assim, Freire (2014) propõe que, em vez de extensão, seja usado o termo comunicação, apresentando a mesma como o diálogo entre vários participantes com caráter educativo. Sob essa luz, o receptor não é um mero decodificador de uma mensagem, mas sim um produtor de sentidos e informações. Com o receptor em posição de evidência e participação, a mediação entre as mensagens passa a ser o elemento central do processo comunicativo, e a recepção, um espaço de interação e percepção de sentidos.

Para o autor, a educação não se limita ao planejamento de ações para os mais jovens, nem tampouco para os ambientes escolares. Educação, como sinônimo de “leitura do mundo”, pressupõe um movimento permanente que envolva todas as pessoas (FREIRE apud LIMA, 2000). Já para Mário Kaplún, a dimensão educativa e extensiva da comunicação se deu por meio do método aplicado por ele do Cassete-Fórum:

El Cassete-Foro es un sistema de comunicación para la promoción comunitaria y la educación de adulto, puesto al servicio de organizaciones populares – rurales y urbanas – centrales cooperativas, centros de educación popular etc (KAPLÚN apud LIMA, 1984: 9).

Assim, Freire e Kaplún vislumbravam, a partir da Educação, da Comunicação e extensão, estratégias de promoverem nas massas o despertar da consciência crítica necessária para mudanças estruturais no Estado e no Poder Público.

O direito à comunicação e à liberdade de expressão, com a informação plural e diversa que possibilite a visibilidade para os diferentes modos de vida e visão de mundo, exige o reconhecimento dos receptores e usuários das mídias como sujeitos do processo comunicacional. Para isso, é necessário garantir o acesso igualitário, a apropriação plena, uma leitura crítica da mídia e a participação social efetiva em todos os âmbitos e meios. De acordo com Costa Filho (2019), a cidadania comunicativa é, assim, a consciência, a formalização e o exercício dessas garantias do direito à comunicação.

Incluir socialmente significa inserir, introduzir e incorporar sujeitos ou grupos em uma sociedade. É um processo elementar para torná-los parte e possíveis participantes.

As plataformas e os meios comunitários e públicos são espaços privilegiados para a formação do pertencimento social. A comunicação comunitária exige a construção de laços identitários para reunir os partícipes em torno de um espírito e uma ação em comum. O fazer comunitário é um constante aprendizado da organização coletiva por meio da distribuição das tarefas e da tomada de decisões compartilhadas (COSTA FILHO, 2019, p. 144).

Para Peruzzo (2007), a comunicação comunitária e local não é algo exterior aos processos locais, são partes constitutivas e constituintes da dinâmica social. Segundo a autora, ainda que as demarcações geográficas ajudem a delimitar o que seria local, na perspectiva dos meios de comunicação, o local e o universal podem se deslocar em um mesmo processo comunicativo, devido aos avanços tecnológicos. No entanto, mesmo que se insira em um processo de globalização, a comunicação comunitária busca se fortalecer considerando as particularidades e diversidades locais.

Enfim, as práticas e processos comunicativos desenvolvidos a partir dos pressupostos da comunicação popular e comunitária, produzidos no contexto das lutas por cidadania, se valem da cidadania como um referencial positivo, favorável e indispensável, apresentando-se como exercício de expressão e liberdade.

1.2 AS MÍDIAS ALTERNATIVAS

Os meios de comunicação alternativos guardam certa dependência dos movimentos populares e com as lutas desenvolvidas na sociedade. A mídia comunitária, por sua vez, é um segmento da mídia alternativa, caracterizada por uma circulação em território limitado, em uma região periférica específica.

A ideia de alternativa inclui a liberdade de discurso, organização, dinâmicas e práticas autônomas. O discurso apresentado pelos meios de comunicação alternativos deve se apresentar também alternativo, ou seja, não alinhado ao pensamento hegemônico, constituindo-se como uma ação contra-hegemônica (DOWNING, 2002).

São leituras da realidade que apontam as contradições do sistema político e econômico, que percebam o mundo além do que já é dado, do factual e compreendam a sociedade em suas particularidades, historicidades e etc.

Trata-se de narrativas sobre o mundo que joguem luz sobre o que é escondido pelos discursos hegemônicos, que façam emergir o interesse público sobre os privados. Segundo Haubrich (2017), “são formas indignadas e inconformadas de enxergar o mundo e de narrá-lo, denunciando suas mazelas e os responsáveis por elas e, ao mesmo tempo, propondo mudanças para superá-los (os responsáveis) e superá-las (as mazelas)” (2017, p.25).

O produto final dos processos de comunicação alternativa deve contribuir para realimentar esses processos de reflexão, a emancipação através do conhecimento e da reflexão crítica, inserindo as classes populares em contextos de exercícios da cidadania, especificamente, da cidadania comunicativa.

O discurso da mídia alternativa é questionador, problematizador, emancipatório e transformador. O que vemos nas mídias alternativas é sua criação por jornalistas críticos da realidade, contestadores do estado das coisas e que buscam novas formas de pensar a comunicação e produzir conteúdo.

Os veículos da mídia alternativa possuem mecanismos de organização interna que garantam certo nível de horizontalidade, não apenas com democracia interna, mas também com condições favoráveis ao diálogo, à tomada de decisões coletivas entre os participantes e à democratização das possibilidades de participação. Centro da constituição de um modelo de comunicação que dê importância para os processos de produção como momentos de fortalecimento do diálogo, do espírito crítico, da participação e da emancipação.

As mídias alternativas se constituem, assim, como possibilidades de outros discursos e de formas de organização midiática. Os três tipos de direitos garantidos pela Constituição (políticos, sociais e civis) visam ampliar a cidadania e avançar na garantia de direitos como o voto, a liberdade de ir e vir, a comunicação e a liberdade de expressão. Nesse sentido, a ideia de cidadania se constitui na construção humana cotidiana social da força popular coletiva.

Não se trata das estratégias da classe dominante para a inclusão dos excluídos em processos de exploração, mas das lutas dos grupos sociais historicamente oprimidos, vinculadas aos movimentos populares e à busca por uma democracia quantitativamente ampliada e qualitativamente diferente (HAUBRICH, p. 63, 2017).

Além disso, é importante distinguir a diferença entre o direito à informação e o direito à comunicação. O direito à informação diz respeito à possibilidade de acessar informações plurais, de qualidade e aprofundadas. Já o direito à comunicação fala da liberdade de se dizer a própria palavra, de se informar, de se comunicar, o que constitui a cidadania comunicativa (HAUBRICH, 2017).

As mídias alternativas foram, são e serão um dos tantos megafones dessas lutas e conquistas, um empurrão para cada passo em direção a uma sociedade possível e necessária. Uma comunicação transformadora para uma sociedade transformadora pelas mãos e pelas vozes dos que insistem em dizer.

2. A PRÁTICA JORNALÍSTICA

A prática do Jornalismo é um assunto que gera discussões e opiniões diversas, mas talvez todas sejam convergentes no aspecto de que é dever do jornalista produzir informação de interesse público. Entende-se o jornalismo como necessidade social, assumindo o caráter de instantaneidade, universalidade como atributos essenciais, tendo como essência o fluxo de informações da atualidade. A atividade jornalística também atende ao real, exercendo um papel racional nas mensagens de sua natureza presentes no processo cultural e social de sua produção. Sendo assim, segundo José Marques de Melo:

O jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (público receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informação (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (p. 15, 1994).

Trata-se de um processo ativo, ágil e o qual envolve, principalmente, emissor e receptor, estabelecendo uma relação de tensão e coletividade, pressupondo velocidade e abrangência de conteúdo. Os principais princípios da atividade jornalística são a universalidade, atualidade, difusão e periodicidade e ambos relacionam-se entre si. No entanto, com a entrada dos meios digitais e suas interferências no trabalho do jornalista, a estrutura e organização das narrativas e seus elementos norteadores, como a dita periodicidade, passaram por modificações intensas em sua conjuntura.

De acordo com Figaro e Nonato (2023), as alterações trazidas pelos meios de comunicação digitais apresentaram, sobretudo, uma nova proposta de relação entre tempo e espaço no dia a dia do jornalista e do seu trabalho.

As alterações trazidas pelos meios de comunicação digitais oportunizaram sobretudo uma nova relação com o tempo e o espaço. A percepção do tempo acelerou-se, porque muitas de nossas atividades cotidianas são realizadas de maneira mais dinâmica e em menos tempo de locomoção e de interação. Uma infinidade de atividades perdeu sentido com a chegada da possibilidade de conexão, via internet, com pessoas, lugares, instituições e multiplataformas. O jornalismo está diretamente afetado por essa compressão tempo-espacial, materializada, inclusive, pelo desaparecimento de funções, mudanças nas narrativas, alterações nos contatos com fontes, equipes de trabalho etc (FIGARO, NONATO, p. 3, 2023).

Os meios de comunicação penetram na sociedade, através das mensagens jornalísticas transmitidas, como aparatos ideológicos. Com isso, ela atua como uma indústria da consciência, influenciando pessoas, grupos, comunidades, criando contradições. Por isso, a ideia da objetividade e da neutralidade jornalística podem ser desconsideradas, pois a mensagem jornalística é necessariamente politizada, com apelo persuasivo. Segundo o Melo, o caráter informativo sempre esteve presente na atividade jornalística:

A essência do jornalismo tem sido historicamente a informação, aí compreendido o relato dos fatos, sua apreciação, seu julgamento racional. E o espaço da autonomia jornalística é o da liberdade, concebida como possibilidade de convivência e de conforto permanente entre diferentes modos de aprender e de relatar o real. (MELO, p.68,1994)

Entre uma vasta lista de argumentos que sustentam e tornam alguns assuntos notícia, oferecendo-lhe valor, podemos citar a proximidade com o público e a universalidade da temática. Para Karam, (apud TÓFOLI, 1997, p.16), a informação é um direito social. Para ele, é a forma pela qual se abre a possibilidade de acesso ao todo, ao plural e ao diverso.

Está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente, ao qual se agarra o passado e sobre o qual projeta o futuro humano, cuja maior ousadia é precisamente construir aquilo que ainda não é e sobre o qual não há nada que possa garantir que um dia seja.

O ofício vai muito além da técnica, compreende as atividades de apuração, reunião, seleção e difusão de notícias, ideias, conhecimento e informações geradas com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, compilando pensamento e ação. O que aqui estamos pretendendo é, sobretudo, contemplar a pressuposição de que pela sua

natureza, o Jornalismo é a narrativa da atualidade, e é nesta sequência da sua produção, que a narrativa se apresenta e existe.

Kovach e Rosenstiel (2003) defendem que entregar as informações colaborando para que o público tenha mais interesse pelo assunto é uma responsabilidade do jornalista. “A primeira lealdade do jornalismo é para com os cidadãos”, toda e qualquer produção jornalística deve adotar uma postura ética e comprometida com a sociedade.

2.1 A OBJETIVIDADE NO JORNALISMO

A verdade é uma questão inerente ao Jornalismo em seu surgimento como atividade e compromisso com o interesse público, tendo a verdade como elemento essencial à prática profissional, assim como a objetividade, a clareza, a liberdade de expressão, a informação precisa e correta, o acesso à informação pública, a real coerência dos fatos, o interesse social e coletivo (TÓFOLI, 2008). No entanto, com a entrada dos meios de comunicação digitais e o oligopólio da informação nos grandes grupos de mídia, o jornalismo passou a produzir notícias muito mais relacionadas com o que dá cliques e visibilidade, do que com a informação de interesse público.

Além da proposição da verdade, o Jornalismo também possui, como elemento inerente, a ideia de objetividade, ainda que utópica. A questão da objetividade nasce juntamente com a própria atividade jornalística. Segundo Melo, reproduzir o real, pela lente de aumento da imprensa, significa ser fiel ao fato, seus elementos e fontes participantes (1986). Segundo Rossi (apud MELO, 1986, p.97), o Jornalismo é uma batalha de conquista de mentes e corações dos indivíduos, destacando-se que ela se nutre do mito da objetividade, ou seja, se coloca em uma posição neutra ao publicar notícias e reportagens.

Entretanto, a objetividade, para Rossi (1980) é impossível, uma vez que entre o fato e a versão do mesmo existe o jornalista e sua mediação, composta pela sua subjetividade, conhecimento e leitura de mundo. Cada repórter pode observar um fato de maneira distinta e apreendê-lo de modo diferente. Assim, não se pretende que a narração objetiva do jornalista seja excludente do seu próprio testemunho; pelo contrário, a objetividade exige que o repórter exponha o que apurou pessoalmente, como e onde, e os relatos dos personagens envolvidos no fato narrado (MELO, 1986).

A prática diária do Jornalismo e o aprimoramento das técnicas desenvolvidas comprovam essa teoria. Eugênio Bucci (2000, p.93) pondera que a melhor objetividade no Jornalismo é aquela pautada na busca por uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade. É impossível trabalhar sem subjetividade e emoção quando o objeto em questão é o ser humano, conclui o autor.

2.2. O JORNALISMO ONLINE

Em relação ao portal de notícias *online*, suporte de maior periodicidade e publicações, o Voz das Comunidades conta com versões nos idiomas português, inglês e espanhol e produz notícias para editorias com temas de comunidade, política, saúde, geral, educação, empreendedorismo, cultura, esporte, polícia e conexões, uma seção que mistura temas locais com externos à comunidade, como defesa do meio ambiente, saúde mental, diversidade e etc. A *home*, página inicial do site, traz os principais destaques da semana, com reportagens especiais, notícias e assuntos de interesse público das comunidades atendidas.

Uma das inovações da internet para o Jornalismo foi a publicação de notícias em tempo real; o conteúdo pode ser alterado ao longo do dia, de acordo com o desenrolar dos fatos. A internet possui um volume de conteúdo muito grande e uma velocidade de acesso muito rápida. No caso do jornalismo *online*, os espaços virtuais de trabalho têm como objetivo a troca frequente de informações sob posse de um oligopólio de empresas controladoras das plataformas digitais e dados dos usuários.

O trabalho dos profissionais da comunicação, especificamente os jornalistas, é fundamental na era digital para fazer mover o moinho de dinheiro das grandes plataformas. Diferentemente do usuário de internet ou de outro meio digital, os jornalistas produzem informações a partir dos dados captados pelos sistemas e deixam as notícias prontas para o consumo. Não somente a lógica do trabalho de produção de informações é cruel, como também a venda de dados e informações dos usuários.

Seja lá qual for o nome da precarização, essa mesma notícia é também produto captado pela empresa de plataforma (*Google, Microsoft* etc.) no momento de sua produção. Essa informação já qualificada é apropriada pela plataforma, sem pagamento algum. A denominada e cantada “inteligência coletiva” transformou-se em captação privada do conhecimento para construir um sistema de lucros. Tanto é assim que *Google* e *Facebook* adentram o mercado jornalístico via projetos de incentivo àqueles que servem como

ponta de lança para os futuros negócios das empresas (FIGARO, et.al, 2020, p.3).

A internet e os demais recursos do jornalismo *online* abriram um novo horizonte de perspectivas àqueles que buscam uma alternativa de trabalho fora da empresa tradicional de comunicação, apesar da constante exploração e precarização do trabalho, da informação e dos dados extraídos com a interação, publicação e compartilhamento de notícias. Em mídias como o *Facebook* e o *Twitter*, redes usadas pelo projeto Voz das Comunidades para divulgação das suas reportagens, o conteúdo se constrói em movimento e a partir de várias narrativas, extensões e conexões.

Desse modo, as postagens de textos, vídeos e links abrem a possibilidade de que se produzam leituras e interpretações em diferentes posições. Este espaço heterogêneo e múltiplo também está marcado pela desigualdade numa sociedade em que poderes e saberes não estão distribuídos de forma homogênea (FIGARO, et.al, 2020, p.4).

Nessa discussão, o jornalismo acaba por contribuir para o acúmulo de propriedades (os dados), na medida em que conserva o ambiente comunicacional das redes sociais com seus conteúdos. A internet se apresenta como o espaço da conectividade, no entanto se tornou arena de disputa de espaços e exposição de conteúdos e monetização.

Para Ilse Scherer-Warren (2006), há três aspectos observados nas redes:

1) temporalidade: novas formas de comunicação em tempo real, com conexão entre diferentes tempos sociais; 2) espacialidade ou criação de territorialidades (do local ao global); 3) sociabilidade ou formas de relações sociais em termos de alcance, intencionalidade e conectividade com novas dimensões na esfera pública. Em movimentos sociais como o do projeto Voz das Comunidades, de acordo com Scherer-Warren (2006), encontra-se um segundo nível de associação e interação entre membros da sociedade civil com mediação e articulação com o Estado.

Num segundo nível, encontram-se as formas de articulação inter-organizacionais, dentre as quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado (SCHERER-WARREN, 2006, p.111).

Além de espaços de organização do trabalho, as redes cumprem papel na produção da matéria jornalística que buscam seguir as métricas do duopólio da internet, no caso de *Google e Facebook*, e modificam a linguagem. A objetividade, nas sociedades democráticas, se exerce de modo pleno somente se houver garantia de pluralidade dos canais de expressão jornalística e ao se colocar à vanguarda da desinformação e tentativas de manipulação, permitindo a presença de diferentes fontes de informação e suas respectivas versões, ou seja, o monopólio dos meios de comunicação é um impeditivo para o relato jornalístico ancorado na verdade e na objetividade. O poder econômico impele o jornalista-trabalhador a obedecer a linha editorial do dono dos veículos de comunicação. Dessa forma, no capitalismo e em ambiente de monopólio, o discurso jornalístico é sempre confrontado por condições de produção que o subjugam ao poder dominante.

A partir dessa reflexão, é possível compreender o processo produtivo da notícia nos meios digitais. De acordo com Figaro e Nonato (2023), a pauta jornalística não se trata exatamente do tema ou da história em si, mas sim como ela é contada, articulada e divulgada, ganhando contornos que extrapolam ou não o tempo e o lugar.

A produção discursiva jornalística *online* é um emaranhado de interdiscursos que também ganha sentido e destaque a depender das formas de circulação e apropriação, tudo isso em um tempo não contado por horas, dias, minutos exatamente. Podem ser segundos, podem ser anos.

A matéria postada adquire vida nas páginas da web, adquire novos sentidos, é atualizada, comentada, interpelada por outros discursos de tempos e lugares outros.

3. O JORNALISMO COMUNITÁRIO

Primeiro, é importante abordar o conceito e a essência da prática do Jornalismo Comunitário. Entende-se por Jornalismo Comunitário, a prática que se dedica ao relato dos fatos de uma determinada comunidade. É por meio dele que se busca resgatar a identidade individual e coletiva dos sujeitos a partir da valorização da cultura local, da coletividade e da noção de pertencimento.

Até os anos de 1990 a comunicação popular e comunitária era vista como instrumento de mobilização e uma necessidade de expressão dos movimentos sociais. Aos poucos vem sendo agregada a noção de acesso aos meios de comunicação como um direito de cidadania.

Neste sentido, o Jornalismo Comunitário é a oportunidade de proporcionar aos indivíduos o exercício de uma cidadania e do seu direito à comunicação de forma ativa, e não somente como mero espectador. Sendo assim, o cidadão, ao ser inserido em um sistema de comunicação comunitária tem condições de participar de maneira ativa do processo de construção das notícias, reportagens, entrevistas e publicação, divulgação das mesmas.

A prática do Jornalismo Comunitário certamente se relaciona com a Educomunicação justamente por incentivar o protagonismo da comunidade. Nesse cenário, o indivíduo é produtor de conteúdo, de informação, podendo dela participar, e ser agente no processo de construção social, ou seja, ele não será apenas receptor, sem capacidade de agir sobre a construção social da realidade por meio do relato jornalístico.

A Educomunicação é feita através das práticas sociais, assim como o Jornalismo Comunitário. Essas práticas resultam em iniciativas fundamentais para refletir o assunto e pensar em soluções. Espaços culturais, sociais e educativos proporcionam momentos de mediação de discursos e trocas de conhecimento que podem enriquecer o diálogo entre os indivíduos e a reflexão sobre o mundo.

Portanto, o direito à comunicação se reflete em ambas as práticas, em que o que mais importa não é o objeto narrado, mas sim o sujeito narrador de suas vivências, experiências, seus saberes e leituras de mundo.

O Jornalismo Comunitário surge como alternativa para a democratização da mídia, principalmente no caso brasileiro que sofre de concentração de propriedade do monopólio de mídia. Deste modo, o Jornalismo Comunitário pode ser uma ferramenta para ampliar o acesso à informação, à disponibilidade das informações, propiciar interlocução entre produção e recepção do conteúdo dos veículos comunitários, com uma maior representatividade da comunidade.

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita que a pessoa se torne sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares (PERUZZO, 2000). A pessoa inserida nesse processo tende a mudar seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar

novos elementos a sua cultura. Os meios de comunicação comunitários e populares têm o potencial de serem, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular, produção de conteúdos informacionais e culturais, e espaços de gestão da comunicação.

Contribuem, com isso, para a construção da cidadania e como um mecanismo de potencial educativo, enquanto o processo de trabalho e pelo conteúdo das mensagens que transmitem. Por meio de seus conteúdos, o Jornalismo Comunitário pode facilitar a compreensão das relações sociais, a socialização do conhecimento, assuntos políticos do país, esclarecer acerca dos direitos humanos e discutir os problemas locais.

3.1 O JORNALISMO COMUNITÁRIO E SUA PRÁTICA

Uma das narrativas cinematográficas que relata um processo como esse é o filme "Na Onda do Ar"¹ (2002). A produção conta a história de um grupo de quatro jovens amigos que nos anos de 1980 fundam uma rádio comunitária em uma favela em Belo Horizonte. A intenção deles é criar um veículo que divulgue a voz da comunidade para o mundo. Veículos como esse, por exemplo, podem facilitar a valorização das identidades e raízes culturais.

A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária, contribui para que elas se tornem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, fazem-se protagonistas da comunicação e não somente receptores (PERUZZO, 2000, p.11).

As relações entre educação e comunicação no ambiente comunitário desenvolvem conhecimento e mudam o modo dos sujeitos envolvidos de se relacionarem com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Com essas atividades, os mesmos apropriam-se de técnicas e instrumentos tecnológicos do processo de produção da notícia, adquirindo uma visão mais crítica, tanto pelas informações e formações que recebem, quanto pelo que aprendem através da vivência e da prática.

¹ Sinopse do filme "Na Onda do Ar". Disponível em: <https://cineclick.uol.com.br/uma-onda-no-ar> . Acesso em 28 out. 2022.

Um outro exemplo, que pode ser trabalhado nesse contexto, é a seleção de notícias para a montagem de um noticiário de um jornal comunitário. Para isso, é preciso conhecer os mecanismos da produção da notícia, o que é relevante e de interesse público da comunidade. Assim, o responsável consegue selecionar, escrever e editar os conteúdos de extrema importância para os moradores da comunidade e reflete, criticamente, acerca do que é veiculado pelos meios de comunicação e pela mídia hegemônica.

Os meios de comunicação, implementados no contexto das organizações progressistas da sociedade civil, assumem mais claramente um papel educativo, tanto pelo conteúdo de suas mensagens, quanto pelo processo de participação popular que eles podem arregimentar na produção, planejamento e gestão da própria comunicação.

A participação popular é algo construído dentro de uma dinâmica de engajamento social mais amplo em prol do desenvolvimento social e que tem o potencial de, uma vez efetivada, ajudar a mexer com a cultura, a construir e reconstruir valores, a contribuir para uma maior consciência dos direitos humanos fundamentais e dos direitos de cidadania, a compreender melhor o mundo e o funcionamento dos próprios meios de comunicação de massa. Revelam-se, assim, como espaço de aprendizado das pessoas para o exercício de seus direitos e para a ampliação da cidadania (PERUZZO, 2000, p.17).

O traço mais marcante desse Jornalismo, segundo Raquel Paiva (2006), é a sua relação estreita com a realidade e os interesses de uma coletividade específica, neste caso, a comunidade em que atua. Se um acontecimento possui interesse direto para uma coletividade, torna-se fato jornalístico, e para tanto recebe o tratamento que o caracteriza definitivamente como assunto pertinente e parte da agenda temática da coletividade, portanto, sua pauta.

Nessa abordagem, é fundamental que não se perca o seu aspecto principal, por conseguinte, a capacidade de produzir olhares inclusivos sobre a comunidade e sobre o outro, a partir de um olhar próprio e protagonista.

O crescente potencial dos meios comunitários de comunicação está na possibilidade de eles ampliarem as relações evidentes entre Comunicação e Educação, com o uso de propostas de produção coletiva, inclusive na perspectiva da Educomunicação entre suas atividades. Com isso, é possível pensar, sob a luz dessa perspectiva, o potencial educativo dos meios de comunicação comunitários e sua

afinidade com os princípios de cooperação e solidariedade, fundamentais para o fortalecimento de indivíduos e grupos. A partir desses pressupostos teóricos que tratarei o objeto de estudo da análise desta pesquisa: o jornal comunitário Voz da Comunidade, a prática de seus agentes locais e as possíveis relações entre o trabalho do veículo e o campo e práxis da Educomunicação.

4. METODOLOGIA ADOTADA

Este capítulo apresentará os aspectos metodológicos percorridos para a elaboração do TCC e apresentará o objeto empírico deste estudo, o Jornal Comunitário “Voz das Comunidades”. Esta pesquisa fundamenta-se em metodologia qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, realizando entrevista em profundidade semiestruturada. Segundo Gerhardt & Silveira (2009, p. 32) a pesquisa qualitativa tem seu foco nas questões da realidade que não são possíveis de serem quantificados, “centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”, tendo como principais características:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 32).

A partir de pesquisa e estudo, será desenvolvida a análise sobre a atuação do projeto Voz das Comunidades com o objetivo de investigar como a Educomunicação pode contribuir para a atuação e produção de conteúdos da iniciativa de Jornalismo Comunitário. Também pretende-se observar as narrativas sobre o território produzidas pelos próprios moradores e como a Educomunicação e sua epistemologia considera esses ecossistemas como espaços de promoção do diálogo e protagonismo dos sujeitos.

Através da abordagem de pesquisa qualitativa, foram aplicadas entrevistas com os idealizadores dos projetos e colaboradores, moradores das regiões e produtores da informação veiculada por eles. Considerado um método qualitativo, o estudo de caso se apresenta como um método de olhar de uma realidade social. De acordo com

Goode e Hart apud Duarte e Barros (2005), o estudo de caso organiza dados sociais preservando o caráter único do objeto social analisado como um todo. As questões e as proposições do estudo de caso se relacionam ao escopo do estudo e ajudam a definir as evidências relevantes que podem ser encontradas com a referente pesquisa.

A unidade de análise deste estudo é o Jornal Comunitário “Voz das Comunidades”, o caso escolhido. Para Duarte e Barros, a análise aprofundada do método do estudo de caso revela uma riqueza de possibilidades de pesquisa. O pesquisador trabalha com o pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas que está sempre em construção e por isso faz parte de sua função indagar e buscar novas respostas ao longo da investigação.

Ao retratar a realidade de forma completa e profunda, o pesquisador destaca a multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação, enfatizando a sua complexidade natural e revelando possíveis inter-relações de seus componentes. Nos estudos de caso, os detalhes de um objeto o tornam único, pois suas imperfeições, na verdade, traduzem sua história. Cada fenômeno analisado é, portanto, fruto de uma história que o torna exclusivo (DUARTE, BARROS, 2005, p. 233).

“Entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana”, dizem Fontana e Frey (1994, p.361). Para a execução deste trabalho e análise do projeto do Jornal Comunitário Voz das Comunidades realizei uma entrevista com o repórter Rafael Costa. Segundo Jorge Duarte, ela se tornou uma técnica clássica de obtenção de informações nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, incluindo a comunicação (2005).

A entrevista em profundidade se coloca como um recurso metodológico que busca recolher informações e respostas com base em teorias e pressupostos definidos pelo pesquisador a partir da experiência subjetiva da fonte. Os dados não são apenas coletados, mas também resultado da interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo com a realidade. Por meio da entrevista é possível, com apoio dos elementos coletados com a fonte, compreender uma situação ou estrutura em um problema. Para o seguinte projeto, foi utilizado o modelo de entrevista semi-aberta, com um guia de perguntas com questões básicas para o levantamento de informações e dados pertinentes à pesquisa.

“Cada questão é aprofundada a partir de cada resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas” afirma Duarte (2005, p. 66). A entrevista em semi-profundidade com Rafael Costa, repórter do Voz das Comunidades, foi realizada de forma *online* e pode ser ouvida na íntegra no link disponibilizado neste trabalho.

4.1 ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO: VOZ DAS COMUNIDADES

No ano de 2005, época em que a mídia tradicional nem sequer mencionava o que existe de bom nas favelas e os verdadeiros problemas sociais que os moradores enfrentam no dia-a-dia, foi quando um menino de 11 anos de idade, aluno de uma escola municipal, decidiu criar um jornal para comunidade do Morro do Adeus, uma das 13 que formam o Conjunto de Favelas do Alemão, para mostrar tudo o que acontecia na sua comunidade.

Criado em 2005, por Rene Silva dos Santos, o jornal comunitário Voz das Comunidades surgiu por meio da inspiração do jovem estudante no JORNAL VIP, publicação que existia na Escola Municipal Alcides de Gasperi, no bairro de Higienópolis, próximo à comunidade do Morro do Adeus, no Rio de Janeiro.

Figura 1 - Foto de Rene Silva aos 11 anos de idade



Fonte: *Print* do Autor²

A publicação, desenvolvida pelos alunos do grêmio estudantil da escola de Rene, mostrava o que acontecia no ambiente escolar e propunha melhorias na qualidade de educação. De acordo com o site do projeto, Rene insistiu em participar do jornal da instituição municipal e começou a observar mais os problemas sociais que existiam entre sua comunidade e a escola.

“Eram muitos lixos pelas escadas, ruas cheias de buracos e falta de saneamento básico em muitos lugares” – conta Rene, que teve o apoio da diretora Talma Romero Suane e das professoras Adelaide, Monica e Ivanise, para criar um jornal para mostrar a realidade dos moradores do Morro do Adeus.

Em 2010, o Voz das Comunidades, com cinco anos de atividade, recebeu destaque em mídias nacionais e internacionais, repercussão que segue até os dias atuais, com 17 anos de trabalho de comunicação comunitária. Atualmente, a equipe do Voz é formada por 33 pessoas, divididos em equipes de comunicação, produção e responsabilidade social, fotógrafos e cinegrafistas, jornalistas, repórteres, conselheiros e redação.

O Jornal Comunitário independente conta com notícias e reportagens disponíveis no site do projeto³ com periodicidade semanal e edições impressas, feitas até o mês de junho de 2022. Além disso, o Voz das Comunidades conta com o site em versão de aplicativo para *smartphone*, com vídeos e editorial especial de checagem de fatos. As demais editorias do portal são: comunidades, geral, política, educação, casos de polícia, esporte, saúde, empreendedor da comunidade, cultura e conexões.

Com relação à monetização, a edição impressa possuía anúncios de meia a uma página inteira, o que financiou, muitas vezes, as impressões. O periódico possuía, em média, 16 a 19 páginas em formato *standard*. Já o portal de notícias *online* não possui nenhum tipo de anúncio ou monetização, contando somente com a métrica do número de acessos aos conteúdos e o direcionamento de leitores para as

² *Print* a partir do site Voz das Comunidades. Disponível em <<https://www.vozdascomunidades.com.br/nossa-historia-2/>>. Acesso em 10 nov. 2022.

³ Site oficial do Jornal Comunitário Voz das Comunidades. Disponível em <<https://www.vozdascomunidades.com.br/>>. Acesso em 10 nov. 2022.

páginas do Voz nas redes sociais. Sobre a equipe, o editor-chefe responsável é Rene Silva, idealizador do projeto, com Renato Moura como chefe de redação, Melissa Cannabrava como coordenadora de comunicação e Jonas Di Andrade atuando como coordenador do portal. Já a equipe de repórteres é formada por quatro jornalistas voluntários: Alana Nascimento, Kelen Gladson, Thayná de Souza e Rafael Costa, entrevistado para esse projeto de pesquisa.

Nas redes sociais, o Voz possui perfis no Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp e YouTube. A primeira tiragem do jornal começou com 50 cópias, feitas na escola em que Rene estudava na época. Logo no início, o jornal começou a dar força para os problemas da comunidade serem resolvidos e serem ouvidos pelo Estado. Através do jornal, a comunidade teve auxílio em questões referentes até ao saneamento básico. O jornal trabalhou e segue trabalhando intensamente na cobertura dos dados sobre a pandemia de Covid-19.

Com relação à participação dos repórteres, o Jornal conta com uma equipe de voluntários, moradores das comunidades cariocas e que se dedicam a contar suas realidades a partir do lugar onde vivem. O Voz das Comunidades se define como um Jornal Comunitário e apresenta essa proposta na elaboração de suas reportagens, notícias e produtos noticiosos e midiáticos.

Assim, o Jornalismo Comunitário, como já citado neste trabalho de pesquisa, se dá na especialização da atividade jornalística nos fatos que ocorrem dentro de uma comunidade e que tragam assuntos de interesse para os moradores da mesma. Publicações como essa são distribuídas pessoalmente, estabelece o contato com o morador e o veículo e conecta seu público de maneira tangível. Nesse segmento do Jornalismo busca-se a autonomia dos participantes, que não atendem a relações do governo ou interesses empresariais, divulgando assuntos que não são tratados na mídia tradicional. Existe uma forte ligação dos jornais com a comunidade, uma vez que os mesmos terão como características os problemas e atividades ligadas ao território.

Figura 2 - 1º edição do jornal digital Voz das Comunidades em 2014



Fonte: *Print* do Autor⁴

Na edição impressa, a mais recente, distribuída em junho de 2022 aos moradores dos complexos e comunidades da capital carioca, o leitor pode conferir reportagens nas editorias institucional, entretenimento, perfil, comunidades, cultura, educação, empreendedorismo, capa, problema social, política, saúde, comunidades, artigo e esporte. Em relação aos gêneros textuais e jornalísticos, a edição mistura texto opinativo com artigos, reportagens, notícias e entrevista com perfil. A linguagem se mantém objetiva, clara e com tons informais, com uso de expressões do dia a dia e contrações verbais, como o título da matéria compartilhada abaixo: “Nem tudo tá tranquilo no Morro do Serreno”.

A diagramação executada trouxe duas fotografias feitas pelo repórter Rafael Costa, mostrando o cotidiano de medo e perigo da moradora do Morro do Serreno, especialmente pela expressão da entrevistada. O texto noticioso aborda não só a rotina de perigo vivida pelos habitantes da localidade, mas também registra dados sobre o número de moradores em locais de risco na região. A então reportagem traz o olhar de quem realmente sofre com o problema de falta de moradia e o acesso às

⁴ *Print* a partir do site Voz das Comunidades. Disponível em <https://www.vozdascomunidades.com.br/edicoes-impressas/>. Acesso em 10 nov. 2022.

habitações, não apresentando somente o olhar majoritário presente na mídia hegemônica.

Figura 3 - Edição do jornal Voz das Comunidades na versão digital distribuído em junho em 2022



Fonte: *Print do Autor*⁵

4.2 O ESPAÇO: AS COMUNIDADES

Ao tratarmos e analisarmos o projeto de Jornalismo Comunitário do Voz das Comunidades, é imprescindível tratar e abordar a formação das favelas no Rio de Janeiro e a relação da população com essas comunidades. Há, até os dias de hoje, inúmeros debates e teorias acerca da origem das favelas no Rio de Janeiro.

Uma das teorias levantadas sobre o tema informada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) afirma que as favelas cariocas remontam ao Brasil colonial. Em 1808, 30% da população carioca é expulsa de suas casas para dar moradia aos acompanhantes e familiares da família real portuguesa. Para

⁵ *Print* do documentário “O que é favela?” produzido pelo projeto Vozes da Comunidade. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1p2QXO6Z4sq>>. Acesso em 10 nov. 2022.

permanecerem no centro da cidade, inúmeras famílias passam a residir em habitações coletivas, como os cortiços.

Na segunda metade do século XIX iniciam-se fortes movimentos a favor do fim da escravidão no Brasil. Enquanto alguns escravos conseguiam comprar sua liberdade, carta de alforria, outros fugiam para quilombos. Em 1880, vários quilombos abolicionistas se estabeleceram na periferia do Rio, como a chácara do Sr. Lebron, no atual Leblon, o Quilombo da Penha, atualmente Vila Cruzeiro no Complexo do Alemão, onde nasce o atual projeto do Voz das Comunidades, e o Quilombo da Serra dos Pretos Forros, na região que divide Jacarepaguá do Méier.

O quilombo, como espaço de resistência, é muito semelhante às atuais favelas brasileiras. Ambas as estruturas foram e são estigmatizadas ao longo da história das cidades (CAMPOS, 2005). Se por um lado, o território é uma objetificação da apropriação de um espaço, segundo Campos, a territorialidade se refere à qualidade subjetiva de um grupo social ou indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações ou objetos, tomar consciência do seu espaço de vida.

A extinção do regime escravocrata em 1888, sem a criação de políticas de inserção dos ex-escravos no mercado de trabalho ou de garantias básicas de sobrevivência como alimentação, moradia e saúde, gera migrações em massa para as cidades de desempregados e subempregados que, sem condições de comprar ou alugar moradias legais, se alojam em cortiços, antigos quilombos (surgindo assim os quilombos urbanos) ou constroem moradias em áreas ilegais e desvalorizadas de morros e pântanos. Após as demolições dos cortiços do Centro pelo Prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, na reforma de caráter higienista, sem indenização, seus moradores passaram a ocupar os morros mais próximos.

Além de o Estado tentar impedir a existência desse tipo de moradia coletiva na área central da cidade, também havia o problema dos altos preços dos terrenos disponíveis, o que impediu a ocupação por classes mais populares. A favela surge no cenário urbano do Rio de Janeiro contextualizada em um processo social e como resultado de fatos espaciais e temporalmente delimitados (CAMPOS, 2005).

No século XX, a cidade cresce de forma acelerada e o esforço do Estado em construir habitações populares não é suficiente para acomodar o fluxo de imigrantes. A população em favelas cariocas cresce a taxas superiores às do resto da cidade, mesmo com as políticas de remoção de favelas nas décadas de 1920 e 1960. Em

1948, o censo já registrava 139 mil pessoas vivendo em favelas (7% da população da Cidade do Rio).

Esse percentual chega a 8,7% em 2000, que representava 1,09 milhão de pessoas. De acordo com dados oficiais atualizados do Instituto Pereira Passos (IPP), cerca de 20% dos habitantes da cidade moram em favelas em 2021. Esse crescimento mais vertiginoso faz-se ainda mais visível com o alto índice de desemprego, crescimento da informalidade, especulação imobiliária, falta de política habitacional para população de baixa renda e sistema de transportes coletivos precário.

Além da grande dimensão, as favelas chamam a atenção por suas características urbanísticas. A construção desses territórios se dá a partir de uma adaptação e organização comunitária contínua de seus moradores e dos poucos espaços públicos restantes às suas necessidades.

4.2.1. A FAVELA MAIS ANTIGA DO RIO DE JANEIRO

A primeira favela carioca, segundo jornais da época e historiadores, foi o Morro da Providência, que ganhou seus primeiros moradores há mais de 130 anos. Com a lei do ventre livre em 1871, a cidade do Rio se encheu de ex-escravos em busca de trabalho. Nessa época, começam a surgir uma grande quantidade de cortiços na região central, que até então era considerada área nobre da cidade e se tornou uma importante região de concentração de trabalho com a construção da Central do Brasil, em 1858.

Mas foi com a total abolição da escravatura que a cidade ficou cheia e sem ter moradias para todos. O Morro da Providência se tornou o local ideal para abrigar famílias de baixa renda, uma vez que eram trabalhadores da pedreira e de fábricas ao redor.

Figura 4 - Imagem de arquivo do Morro da Providência em 1909



Fonte: *Print* do Autor⁶

4.3 VOZ DAS COMUNIDADES: PROJETO DE RESISTÊNCIA

Atualmente, segundo levantamento da Prefeitura do Rio, estima-se que haja quase 900 imóveis desocupados só na região central da cidade. De acordo com Vaz (1999), “nas zonas residenciais, principalmente nos bairros mais modernos, onde predominam os edifícios de apartamentos, vemos apartamentos e por vezes edifícios inteiros vazios e fechados”.

Ao longo dos anos e até os dias atuais, diversas iniciativas do próprio Poder Público visam isolar os moradores das comunidades, com a criação de muros em volta delas. O problema do crescimento do tráfico de drogas em comunidades como as já citadas vem de inúmeros fatores, mas também do descaso com a população mais pobre. A instalação de equipamentos, de infraestrutura de água e esgoto, luz e energia, gás, coleta de lixo, serviço de correio, saúde e educação facilmente encontradas no asfalto não chegaram às favelas.

Por isso, projetos como o Jornal Comunitário Voz das Comunidades são mecanismos de resistência e luta dos moradores desses locais, que encontram em

⁶ Fotografia disponível na reportagem do portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>>. Acesso em 25 nov. 2022.

veículos de comunicação como o Voz, espaço para diálogo e promoção de pautas relevantes para sua realidade e na comunidade em que vivem.

4.4 COBERTURA JORNALÍSTICA

Neste capítulo será analisada a cobertura jornalística do Jornal Comunitário Voz das Comunidades no portal *online* no segundo semestre de 2022 a partir da abordagem jornalística, fontes, estrutura textual e recursos imagéticos.

Durante alguns anos, o Voz das Comunidades contou com apoio e patrocínio de algumas empresas para manter a sede, bem como já participou de programas de televisão que deram muita visibilidade ao projeto.

A estrutura e linha editorial do Voz das Comunidades reflete sobre o pensamento do fundador, Rene Silva, que, em entrevista, afirmou que o poder da transformação acontece através da educação e da cultura. As ações realizadas pelo Voz das Comunidades são em prol de informar as comunidades que fazem parte do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro e as que são próximas, utilizando redes sociais, transmissões ao vivo e vídeos gravados, assim como o jornal impresso que também circula nessas localidades.

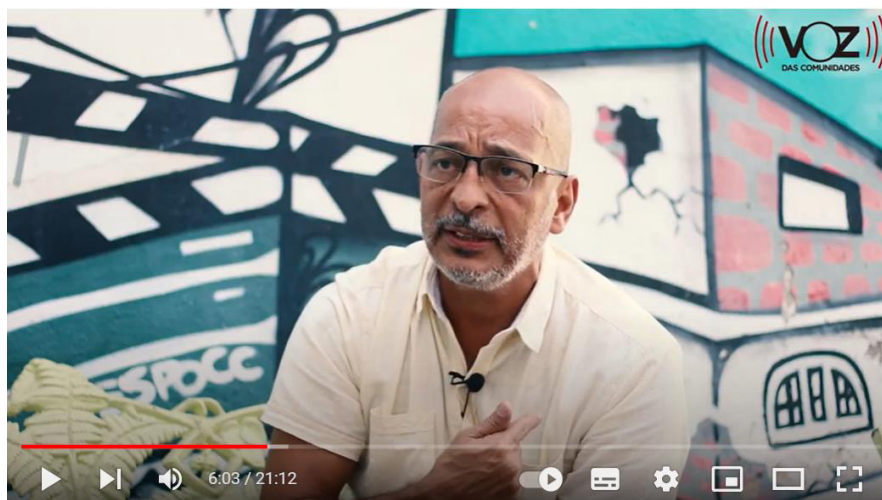
Em maio de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o Voz das Comunidades lançou um aplicativo para verificação de notícias, haja vista o alto índice de *fake news* sobre o novo coronavírus e a falta de informações confiáveis. No canal do Youtube⁷, há a distribuição de conteúdos informativos sobre as comunidades e acontecimentos que ocorrem dentro e/ou relacionados a elas, programações semanais que são feitas muitas vezes em transmissões ao vivo com parcerias para outros canais.

Além das *lives* e conteúdos informativos, o canal na plataforma conta com documentários, como o “O que é favela?”⁸, lançado em 04 de novembro de 2019 com grande destaque e repercussão. A produção conta com a participação de moradores, e ex-moradores que participam em diversas frentes da comunidade com importantes reflexões.

Figura 5 - Trecho do documentário “O que é favela?”

⁷ Canal oficial do Voz das Comunidades no YouTube. Disponível em <<https://www.youtube.com/c/VozdasComunidades>>. Acesso em 10 de nov. 2022.

⁸ Documentário “O que é favela” produzido pelo projeto Vozes da Comunidade. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1p2QXO6Z4sq>>. Acesso em 10 de nov. 2022.



Fonte: *Print do Autor*⁹

Compreender as práticas relacionadas à internet tem, portanto, grande relevância para entendermos como os sujeitos estão compartilhando e atribuindo significado ao mundo, como é esse processo de construção de sentidos no processo de realização conjunta, viver junto, construir socialmente sua visão de mundo na análise do projeto Voz das Comunidades.

A multimídia faz com que a *web* agregue conteúdo informativo através da digitalização de informações e de sua circulação, correspondente às lógicas e métricas das grandes plataformas em diferentes suportes. A "notícia em tempo real" tem a velocidade como marca; o primeiro a noticiar acaba sempre sendo a web, principalmente por conta da colaboração dos próprios usuários que ajudam os portais de notícia a conseguirem informações mesmo não estando presente no local do factual. Todas essas características são incorporadas e estão presentes no trabalho desenvolvido pelo projeto Voz das Comunidades no portal *online*.

⁹ *Print* do documentário "O que é favela?" produzido pelo projeto Vozes da Comunidade. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1p2QXO6Z4sq>>. Acesso em 10 nov. 2022.

Figura 6 - Home do site do Jornal Comunitário Voz das Comunidades no dia 19 de outubro de 2022



Fonte: *Print* do Autor¹⁰

As matérias publicadas são produzidas por repórteres voluntários das comunidades locais, jornalistas periféricos e que também tratam de suas realidades na publicação e nos textos que produzem. A notícia escrita pela repórter Thayna de Souza sobre a vinda do piloto de Fórmula 1 inglês, Lewis Hamilton, ao Morro da Providência traz uma linguagem coloquial e objetiva, próprias da atividade jornalística.

O primeiro parágrafo cumpre o papel de lide, trecho introdutório com apresentação do fato contado e seus elementos principais (quem, o quê, como, onde, por quê e quando) de uma notícia. Já no segundo trecho da notícia, a repórter contextualiza a visita do piloto Lewis Hamilton ao Brasil para receber o título de cidadão honorário brasileiro na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O reconhecimento tomou espaço na mídia tradicional e também no Voz das Comunidades com a visita dele ao Complexo e a atração dos moradores ao local, prestigiando a presença do homenageado. Assim, pode-se entender esse segundo parágrafo da notícia como um sublide.

¹⁰ *Print* da home do site Vozes da Comunidade. Acesso em 19 de out. 2022.

Figura 7 - Notícia publicada no site do Voz das Comunidades sobre visita de Lewis Hamilton

Morro da Providência recebe a visita de Lewis Hamilton na tarde desta quarta-feira (9)

Piloto subiu na companhia de Luciano Huck, a convite de JR, fundador da Casa Amarela, Centro de Educação, Arte e Apoio Social localizado no alto do morro

Por Thayná De Souza
09/11/2022 - 15:54, 11 horas ago



Foto: Douglas Dobby

A viagem de Lewis Hamilton no Brasil está rendendo! O piloto britânico de Fórmula 1, sete vezes campeão mundial, visitou o Morro da Providência, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, junto de Luciano Huck, na tarde desta quarta-feira (9). A visita foi um convite de JR, fundador da Casa Amarela, um Centro de Educação, Arte e Apoio Social localizado no alto do morro, que recebeu Hamilton ao lado de crianças e educadores do projeto.

Fonte: *Print* do Autor¹¹

Todas as notícias e reportagens publicadas no site do projeto são acompanhadas de fotografias e imagens. Ao trabalhar temas de interesse dos moradores das comunidades, os textos trazem o olhar dos repórteres que vivem lá, ou seja, fogem dos estereótipos e de pautas estigmatizadas presentes nos meios de comunicação pertencentes aos monopólios de mídia no Brasil.

Além das principais notícias da semana, disponíveis na página principal do site do projeto, as editorias também trazem seus destaques. A seção Conexões, por exemplo, possui reportagens e artigos que são contribuições de outros veículos, similares à proposta editorial do Voz das Comunidades, e que são disponibilizados no site do projeto, como o texto sobre o Mês da Visibilidade Lésbica e o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica no Brasil (19 de agosto) publicado, originalmente, pelo portal Perifa Connection.

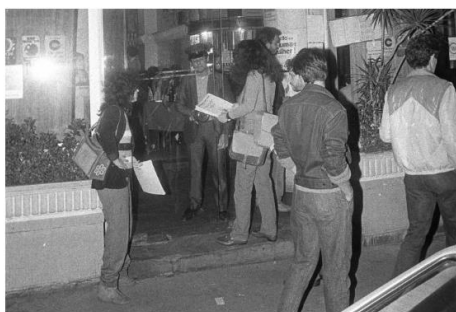
¹¹ *Print* da notícia no site Voz das Comunidades. Disponível em <vozdascunidades.com.br/destaques/morro-da-providencia-recebe-a-visita-de-lewis-hamilton-na-tarde-desta-quarta-feira-9/>. Acesso em 10 de nov. 2022.

Figura 8 - Notícia publicada no site do Voz das Comunidades sobre Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Memória, visibilidade e orgulho lésbico

Dia 19 de agosto lembra a luta de mulheres lésbicas

Por PerifaConnection
19/08/2022 - 17:00 3 meses ago



Na calçada, grupo aguarda invasão do Ferro's Bar, na rua Martinho Prado, em São Paulo (SP). As militantes do Grupo Ação Lésbica Feminista entraram no bar para vender seu jornal, o "Chana com Chana". No momento em que faziam o discurso de apresentação do jornal, foram postas para fora do bar. - Ovidio Vieira - 19.ago.1983/Folhapress

Por: Lidi de Oliveira e Ana Muza Cipriano para Folha de S. Paulo

"Aqui no gueto todo dia é um confronto, aqui no peito todo dia é um confronto", diz a letra do grupo musical Tambores de Safo. Estamos na semana do Orgulho Lésbico. A data é marcada pela revolta no Ferro's Bar, que ocorreu em 19 de agosto de 1983, no final da ditadura militar. Naquela noite, ativistas do Galf (Grupo Ação Lésbica Feminista) ocuparam o espaço

Fonte: *Print* do Autor¹²

As notícias e reportagens também trabalham pautas que são externas às comunidades e que trazem a participação de seus moradores em eventos, projetos e votações, como, por exemplo, a presença de moradores dos coletivos *Perifa Connection* e *LabJaca* na COP 27, no Egito. A linguagem jornalística clara, objetiva e com um tom, de certa maneira, informal com o uso de expressões como "turma", concentra em três a quatro parágrafos os aspectos principais da notícia e do fato trabalhado na matéria.

Conforme entrevista realizada com repórter do Voz para a elaboração deste projeto de pesquisa, as pautas são enviadas, majoritariamente, pelos moradores das comunidades cariocas apontando, muitas vezes, problemas de infraestrutura, operações da polícia, por exemplo, noticiadas na mídia hegemônica sem o lado de quem as vive e convive com a violência e truculência do poder público.

¹² *Print* da notícia no site Voz das Comunidades. Disponível em <https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/memoria-visibilidade-e-orgulho-lesbico/> >. Acesso em 10 de nov. 2022.

Figura 9 - Notícia publicada no site do Voz das Comunidades sobre a participação de moradores das favelas do Rio na COP 27

Moradores de favela marcam presença na COP 27; evento está sendo realizado no Egito

Integrantes de coletivos como PerifaConnection e LabJaca representam suas comunidades na conferência sobre mudanças climáticas

Por Rafael Costa
16/11/2022 - 15:47 1 dia ago



Foto: Reprodução / Redes Sociais

A COP 27 é o maior evento que trata de mudanças climáticas do planeta. Ocorrendo no Egito, a conferência conta com a participação de líderes mundiais e integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU). E quem também está participando são moradores de comunidade do Rio de Janeiro.

Fonte: *Print* do Autor¹³

Além do aplicativo de checagem de fatos criado pelo Voz durante a pandemia de covid-19, o site de notícias também conta com publicações com esse tema na editoria “Fato”. A notícia publicada mencionada abaixo cita a *fake news* compartilhada por aplicativos de mensagens sobre um possível valor a ser recebido do Banco Central. Para checagem, o texto se vale das informações oficiais publicadas no portal da instituição financeira.

¹³ *Print* da notícia no site Voz das Comunidades. Disponível em <<https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/construcao-na-rocinha-zona-sul-do-rio-desaba-bombeiros-buscam-possiveis-vitimas/>>. Acesso em 19 de nov. 2022.

Figura 10 - Notícia publicada no site do Voz das Comunidades sobre *fake news* de dinheiro a ser recebido do Banco Central

É FALSA mensagem que anuncia valores a receber do Banco Central

Estão circulando mensagens enganosas a respeito de valores a receber do Banco Central. A informação falsa que circula oferece consulta a valores de heranças e dinheiros esquecidos em contas bancárias.

11/11/2022 16:42

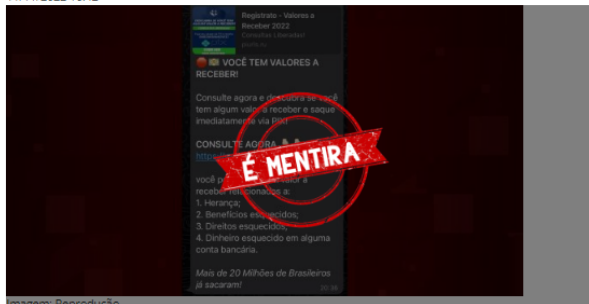


Imagem: Reprodução

Estão circulando mensagens enganosas a respeito de valores a receber do Banco Central. A informação falsa que circula oferece consulta a valores de heranças e dinheiros esquecidos em contas bancárias. Mas a mensagem é mais um conteúdo mentiroso da Internet.

É preciso ficar atento aos detalhes presentes no contexto da mensagem. No site do Banco Central do Brasil, não existe nenhuma referência a pagamentos por PIX de dinheiros esquecidos ou heranças. Além do mais, a URL presente na mensagem "@pluris" trata-se de serviços de terceiros utilizados para criar encaminhamentos para outros sites. Nessa mensagem, o usuário é encaminhado para uma página que pede dados pessoais. De forma fictícia, o site gera um "valor a ser pago" para a vítima e, posteriormente, pede que a mensagem seja compartilhada pelo WhatsApp.

REDES SOCIAIS DO VOZ

Facebook	f
Twitter	t
Instagram	@
Youtube	y

Fonte: *Print* do Autor¹⁴

4.5 POR QUE FAZER COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA?

O Jornalismo feito pelo Voz das Comunidades, a partir da edição impressa e do portal de notícias *online*, é feito por jornalistas periféricos, sobre a periferia, para além da periferia.

Sobre a definição de periferia, segundo Rovida (2020), a mesma define um lugar a parte do que é legítimo, do que é aceito; como um espaço que está sempre numa condição de vulnerabilidade socioeconômica e distante do centro. Assim, a definição de periferia se estabelece na relação dessas duas características, a geográfica e a social. "Os periféricos são pessoas que têm menos oportunidades em vários aspectos" (p. 46-47).

¹⁴ *Print* da notícia no site Voz das Comunidades. Disponível em <https://www.vozdascomunidades.com.br/fato/e-falsa-mensagem-que-anuncia-valores-a-receber-do-banco-central/>. Acesso em 19 de nov. 2022.

No que diz respeito ao Jornalismo das periferias, o fenômeno segue sendo observado e é possível indicar que há uma tendência de fortalecimento dessa prática comunicacional. Sendo assim, acompanhar os desdobramentos e novos arranjos alternativos desse fenômeno jornalístico é, portanto, como definem Figaro e Nonato,, necessário (2021).

Ressalta-se ainda que as redes formadas por esses produtores comunicacionais começam a ganhar expressividade, alcançando parcerias para além das fronteiras do contexto urbano. A ideia de rede orgânica que faz parte desse universo de atuação do Jornalismo Comunitário apresenta essa esfera de produção jornalística como parte, cada vez mais significativa, do ecossistema midiático contemporâneo.

Além das potencialidades desse campo de atuação apresentadas ao longo deste capítulo, destacaremos aqui o ponto de vista e a percepção da prática na fala de um dos repórteres do Voz das Comunidades, objeto de análise deste projeto de pesquisa. Essa não é a exposição do ponto de vista instrumental do uso da comunicação comunitária, mas sim a apresentação de características a partir das experiências e vivências diárias possibilitadas por essa modalidade de comunicação.

Rafael Costa é jornalista, nascido em Porto Alegre, formado pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e atua como repórter do Jornal Comunitário Voz das Comunidades desde fevereiro de 2022. Morador do bairro do Flamengo, na zona Sul do Rio de Janeiro, o jornalista relatou, em entrevista gravada em áudio, que já havia atuado em iniciativas de Jornalismo Comunitário durante a graduação.

Segundo o repórter, o Voz tem muita abrangência no Complexo do Alemão, no Complexo da Penha e no Vidigal, uma favela na zona sul do Rio de Janeiro. Rafael acrescenta ainda que o projeto também realiza matérias no Morro da Mangueira, no Salgueiro, no Chapéu Mangueira e no Pavão Pavãozinho, com viés mais policial, relatando as operações. No Complexo da Maré, conforme relata Rafael na entrevista, estão sendo produzidas diversas reportagens sobre ações sociais, culturais e esportivas no local.

Em relação ao processo de escrita das notícias publicadas no portal de notícias e da dinâmica diária de trabalho do repórter do Voz, Rafael conta que as pautas chegam através do produtor, Gustavo Eduardo, por meio das redes sociais do projeto e dos grupos com os moradores no *WhatsApp*, plataforma de mensagens instantâneas. As sugestões são avaliadas, aprovadas e repassadas para os

repórteres por meio de uma plataforma de organização de tarefas, o *Trello*, com informações gerais e prévias apuradas pelo próprio produtor de reportagem.

De acordo com Rafael, a partir dali, o jornalista entra e apura a pauta detalhadamente para a produção do texto; se dirige ao local do acontecimento, conversa com os moradores da comunidade e aciona órgãos públicos, instituições e entidades envolvidas no fato narrado. A fala do entrevistado relaciona-se com a percepção de Martín-Barbero apud Ferreira (2019), que afirma que é através de iniciativas de comunicação comunitária que atores sociais se aproximam do Poder Público, não apenas para se afirmarem culturalmente, mas para se reaproximarem, como sociedade, na construção de políticas públicas.

Eu acredito que o Voz impacta muito justamente pela estrutura comunicacional que ele conseguiu criar, de ter os moradores perto e falar sobre os moradores e com os moradores, o que só o Jornalismo Comunitário é capaz de fazer e tem o poder de produzir. Agora que o trabalho do Rene, o Voz alcançou 16 anos, fazer uma reflexão de olhar para trás e ver como a história do Voz correu e como ele cresceu, é muito significativo ver tudo que ele conseguiu fazer, o impacto que tem. O Voz trata de um público que tá sempre necessitando de alguma coisa, que é muito injustiçado pelo Poder Público, que não recebe o atendimento correto, tem muitos problemas em questões de infraestrutura, acesso a saúde, educação, diversos problemas sociais. As comunidades são muito atingidas por essas questões. Mas com o trabalho do Rene e do Voz é muito significativo ver o impacto que isso tem. Quando a gente faz uma matéria sobre problema de esgoto aberto, aciona os órgãos públicos responsáveis, no dia seguinte é chamado alguém para resolver e arrumar, e aquilo ali não é só para o morador que tava reclamando, e sim para a rua toda. A nossa proximidade é tanta, as pessoas, quando as empresas estão fazendo a obra, eles já mandam a foto pra gente mostrando que eles estão trabalhando ali, resolvendo o problema. O dia a dia do Voz é falar com a comunidade (Rafael Costa, entrevista à pesquisadora, 2022).

Sob essa perspectiva, a prática jornalística dos repórteres do Voz das Comunidades se dá em um processo dialógico com a comunidade, trazendo seu olhar e vivência, com a comunicação sendo vista como relação, como modo dialógico de interação do agir educomunicativo (CITELLI, COSTA, 2011).

O Jornal Comunitário Voz das Comunidades também possui uma área de responsabilidade social, que fomenta práticas de apoio à comunidade, além da própria comunicação comunitária realizada pelo veículo, suporte e mecanismo de visibilidade e luta dos moradores por seus direitos sociais e humanos.

Os movimentos sociais organizados procuram fomentar espaços de comunicação mais participativos, no contexto de suas práticas. Assim, a sociedade civil organizada recorre ao Jornalismo e à comunicação para a

articulação de sujeitos, na provocação de suas consciências, na busca por formas de enfrentamento de realidades opressoras que assolam a maioria da população, cuja consciência é ainda entorpecida por valores hegemônicos com os quais corrobora, situação que inviabiliza a transformação social. O Jornalismo, nesse contexto, pode ser ressignificado como instrumento de luta, de empoderamento, de expressão de uma voz sistematicamente calada por poderosos mecanismos de silenciamento (FERREIRA, 2019, p.83).

Com relação às diferenças da comunicação produzida com a comunidade e a mídia hegemônica, Rafael Costa relata sua percepção do cotidiano de trabalho e do relacionamento com as comunidades.

Eu confio e acredito muito que a comunicação comunitária vai muito além do que a comunicação hegemônica, sabe, porque isso acontece na prática. Vamos pegar uma comparação que a gente tem, os grandes portais que têm, o G1, Record, SBT, com o Voz das Comunidades. O Voz, por ter uma abrangência mais limitada, mas a gente consegue ter as informações mais rápido e ter acesso a informações mais específicas sobre a comunidade. A comunicação comunitária tem um poder muito transformador, assim como a Globo pode chegar aqui e fazer uma matéria sobre um problema da comunidade, o Voz vai chegar primeiro e contar essa história, além do acesso que o Voz tem dentro das comunidades, o olhar que a gente traz, o olhar da população, com a participação dos moradores. A comunicação comunitária tem muita diferença com as outras grandes mídias. Eu consigo sentir muito essa diferença, enquanto em um lugar eu falo direto com o morador, eu converso com ele, ele me ajuda a escrever e a gente pode ajudar a resolver determinado problema (Rafael Costa, entrevista à pesquisadora, 2022).

Segundo Eduardo Granja Coutinho (2014), em sua obra “A comunicação do oprimido e outros ensaios”, a hegemonia pode ser definida como a capacidade de um grupo social exercer sua liderança intelectual, moral e cultural sobre o conjunto da sociedade, conforme explica e se relaciona com a fala do entrevistado.

Neste sentido, a função de Rafael e todos os demais repórteres do Voz das Comunidades, enquanto comunicador popular e jornalista comunitário, vai muito além de mero transmissor de mensagens.

Su principal cometido es el de recoger las experiencias de la comunidad, seleccionarlás, ordenarlás y organizarlás y, así estructuradas, devolverlás a los destinatarios, de tal modo que éstos puedan hacerlás conscientes, analizarlás y reflexionarlás (KAPLUN, 1985, p. 101).

Por fim, em um último questionamento sobre a linha editorial do Voz das Comunidades, Rafael relata a importância de que o trabalho seja feito em conjunto com as comunidades, seus moradores, sem, exatamente, uma linha editorial definida e detalhada formalmente em algum documento.

A gente não tem um editorial escrito e marcado com o que exatamente o Voz das Comunidades faz, mas garanto que o que a gente defende é estar do lado dos moradores sobre qualquer problema ou questão que venha a acontecer. Por exemplo, em caso de operações policiais, a gente busca trazer a visão do morador, então o que ele quer saber é se está passando ônibus no local, se escola tá funcionando, se posto de saúde tá atendendo, e também fala de outras informações do que está acontecendo naquele momento, como que horas começou, quem está no conflito. Por mais que eles estejam dentro da situação, é através dele que a gente conta essa história e ajuda a esclarecer o que está acontecendo no entorno. (Rafael Costa, entrevista à pesquisadora, 2022)

Com a linha editorial e proposta de atuação do Voz voltada à atuação em parceria com os moradores na consolidação e execução de pautas, o jornal comunitário se associa com a práxis da Educomunicação a partir da sua natureza relacional sendo vivenciada por seus atores sociais (CITELLI, COSTA, 2011).

Para este trabalho de pesquisa, foi cedida uma entrevista em vídeo feita com o fundador do Voz das Comunidades, Rene Silva, durante a Brazil Conference, evento realizado em Boston, nos Estados Unidos, em 2022, no qual Rene era um dos palestrantes convidados. Vestido com uma camiseta com os dizeres “quem sabe da favela é o favelado”, Rene reforça o desafio e compromisso do Voz das Comunidades em oferecer o acesso à comunicação comunitária.

Hoje, nosso maior desafio é fazer com que mais pessoas tenham acesso à comunicação comunitária. Nosso país vive hoje, ainda em 2022, a gente ainda tá falando da democratização do acesso à informação, da democratização do acesso à tecnologia, então são vários desafios que nós temos em nosso país como um todo. E para quem mora em favelas, em zonas rurais, em espaços menos assistidos, em periferias do Brasil como um todo, têm menos estrutura ainda, tem menos estrutura para se comunicar, para ter acesso à comunicação, então o grande desafio do Voz das Comunidades é fazer com que mais favelas, mais periferias possam ter veículos de comunicação comunitárias, que possam falar por si como diz na minha camiseta que 'quem sabe da favela é o favelado', a pessoa que escreve, que está lá relatando o que acontece (entrevista com Rene Silva cedida pela organização do evento para a pesquisadora, 2022).

Nesta reflexão, o projeto Voz das Comunidades se relaciona com a Educomunicação a partir do seu trabalho de criação em conjunto com a comunidade e através das práticas sociais, que resultam em iniciativas fundamentais para refletir o assunto e pensar em soluções. Espaços culturais, educativos e comunicativos proporcionam momentos de mediação de discursos e trocas de conhecimento que podem enriquecer o diálogo entre os indivíduos e a reflexão sobre o mundo.

Ademais da conjuntura problemática de acesso à informação e à comunicação, Rene também reflete e aponta a visão da favela e de quem vive nela veiculada na mídia hegemônica, como Rafael também trouxe em sua entrevista. Tia Bete, educadora e moradora do Complexo do Alemão, relata, em entrevista ao documentário “O que é favela?”¹⁵, a disparidade e falta de conhecimento da mídia tradicional sobre o que acontece nas comunidades.

A forma como retratam a favela na mídia é totalmente apelativa. Apelativo porque a mídia já vem com o seu olhar de fora, ela já vem com sua opinião formada, muitas vezes só precisando humanizar uma matéria ou outra. Então ela retrata e ela passa o que, na visão dela, acontece, porque ela não tem noção nenhuma do que se passa, do que acontece dentro de uma favela em geral, o que é uma favela (VOZ DAS COMUNIDADES, 2019).

O projeto do Voz das Comunidades foi criado há 16 anos pelo jovem jornalista, justamente para abordar e trazer a vida na favela de quem mora lá, e poucos avanços foram alcançados no âmbito da mídia tradicional, segundo Rene.

Porque a gente tá muito cansado dessa narrativa que tem dentro da grande mídia, até hoje, o Voz tem 16 anos, e a gente surgiu porque a gente não conseguia se sentir representado pela grande mídia. Quando eu abria um jornal, quando eu ligava a televisão, o rádio, eu ouvia só tiroteio, mortes, violência, tráfico de drogas, jovens presos, e hoje, quando a gente liga, é a mesma coisa, a narrativa como a mídia fala sobre esses espaços é a mesma. Então, a gente precisa construir a nossa narrativa a partir do nosso próprio olhar, quem conhece, sabe onde a gente vive, somos nós, e a nossa visão é muito importante para que toda a sociedade saiba o que a gente está fazendo, como a gente está fazendo e que tenha acesso a essas outras visões, porque na maioria das vezes, a sociedade como um todo só tem acesso à grande mídia, como principal canal de informação (entrevista com Rene Silva cedida pela organização do evento para a pesquisadora, 2022).

Outro relato que reforça o que foi dito por Rene Silva durante a entrevista é a fala de Osvaldo Lopes, morador da favela da Rocinha e jornalista do portal de notícias Fala Roça, similar ao projeto criado pelo jovem há 16 anos. Em entrevista para matéria¹⁶ do canal do YouTube do Voz das Comunidades, Osvaldo afirma que só o Jornalismo Comunitário é capaz de trazer o verdadeiro olhar das pessoas.

¹⁵ Entrevista feita pelo documentário “O que é Favela?”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1p2QXO6Z4sq>>. Acesso em 24 jan. 2023.

¹⁶ Reportagem “Moradores e comunidades ressaltam a importância do jornalismo comunitário” no canal do Voz das Comunidades. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NBEjmhoJbPY>>. Acesso em 24 jan 2023.

Ele é feito por pessoas do próprio território e que traz uma perspectiva diferente do que a mídia costuma tratar, costuma trazer, principalmente a hegemônica. Então, o Jornalismo Comunitário traz voz e potencializa cada notícia, cada informação, cada história do seu território (VOZ DAS COMUNIDADES, 2022).

De acordo com Oliveira (2014), o Jornalismo é uma ação cultural e social, haja vista que seu discurso pode atuar como mecanismo de intervenção na realidade, com o objetivo de torná-la mais justa e inclusiva. Ao relacionar o trabalho desempenhado pelo Jornal Comunitário Voz das Comunidades e as áreas de intervenção da Educomunicação, pude encontrar uma convergência no que tange a gestão da comunicação.

Ações de planejamento, implementação, avaliação de processos e criação de programas, de projetos dialógicos podem fortalecer o ecossistema comunicativo, como no caso do Voz das Comunidades. A rotina de troca, diálogo, suporte e apoio de moradores com repórteres, produtores e editores do veículo fornece não só informações para a elaboração de notícias, reportagens, vídeos e documentários, mas, acima de tudo, fortalece a relação entre os sujeitos envolvidos, os torna protagonistas da criação e incentiva a participação contínua.

De acordo com Soares apud Elias, a Educomunicação se faz em uma troca contínua, de aprendizado, diálogo e práticas democráticas, em um ambiente de incentivo ao protagonismo dos sujeitos:

Quando falamos em Educomunicação temos que pensar numa permanente troca de informação e de produção cultural envolvendo o aluno, o professor, a coordenação da escola e a família, algo que só pode ser alcançado se a escola for um ambiente democrático, onde o aluno possa participar ativamente, expressando suas ideias e emoções. A educomunicação propõe uma troca simultânea de experiência, de informação entre o professor e o aluno, algo recíproco (ELIAS, 2014, p.22).

Com isso, o jornalismo, especialmente o praticado dentro das comunidades, é uma perspectiva independente, pública e cidadã, voltada à participação dos sujeitos e do olhar de quem vive as questões da favela. O Jornalismo Comunitário, enquanto atividade jornalística da mídia alternativa, pode ser empregado nas práticas educacionais, em especial quando este se converte em estratégia para a

expressão e circulação de perspectivas pouco evidenciadas sobre o mundo, ausentes na mídia hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como foi apresentado no decorrer deste trabalho, a comunicação comunitária e a Educomunicação apresentam relações metodológicas e, especialmente, práticas, no tocante à participação dialógica entre os envolvidos e o discurso construído de forma colaborativa, horizontal e democraticamente.

Para Ismar de Oliveira Soares, um dos patronos da Educomunicação, a comunicação e a educação são conceitos raros à Educomunicação e suas iniciativas com os sujeitos participantes.

Comunicação e educação populares, comunicação para o desenvolvimento e educação para a comunicação constituem-se, portanto, conceitos caros à Educomunicação e suas iniciativas se confundem ou integram a práxis educ comunicativa, uma vez que a transformação social e a apropriação cidadã dos meios de comunicação para a difusão de mensagens contra-hegemônicas se alinham aos princípios defendidos pela educomunicação e integram o seu conceito, um “conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos [...] (SOARES, 2011, p. 36).

Em julho de 2021, o neologismo Educomunicação¹⁷ foi incorporado oficialmente ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), da Academia Brasileira de Letras. De acordo com o documento, a Educomunicação se define como o conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos, mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão (2021). E é justamente apoiado no incentivo e na presença do diálogo com a comunidade e com o olhar de seus moradores que o projeto do Jornal Comunitário Voz das Comunidades trabalha e atua, conjuntamente.

A comunicação e a informação como direitos foram abordados e apoiados nos referenciais da Constituição Federal e dos autores José Marques de Melo, Norberto Bobbio, Vygotsky e Leontiev.

¹⁷ Educomunicação. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao>>. Acesso em 02 de jan. 2023.

A partir das perspectivas trabalhadas com os autores Mario Kaplún e Paulo Freire, compreendemos também que a comunicação e a educação como práticas de liberdade são dialógicas, participativas, problematizadoras, críticas, e colocam o povo, o sujeito como protagonista, a serviço de seus interesses, e com uma ação educ comunicativa feita por e para ele. A comunicação e o jornalismo comunitário, dessa forma, só são possíveis através do diálogo, em uma relação horizontal entre os sujeitos. Da mesma forma, essa Comunicação que compreendemos é um ato educativo, assim como a educação é um ato comunicativo.

Para o aporte teórico sobre os conceitos de mídia comunitária e mídia alternativa foram requeridos os autores Downing, Haubrich e as pesquisadoras Roseli Figaro e Cláudia Nonato para novos arranjos do trabalho do jornalista, e Cicilia Peruzzo e Raquel Paiva, no caso do jornalismo comunitário.

Na análise do Voz das Comunidades, se mostra a figura do jornalista comunitário, o qual considera as necessidades, os direitos, opiniões, ideias e indagações dos moradores das comunidades em suas produções, que pautam o veículo e trazem para o jornal, suas demandas e problemáticas.

Por meio das considerações obtidas até este momento, pude constatar que a comunicação comunitária, quando pautada e ancorada nos princípios da autonomia, liberdade e com a comunidade como protagonista dos processos, é uma possibilidade de se exercer o direito humano e social à comunicação, à liberdade de expressão e ao exercício da democracia e da cidadania para grupos deixados de lado pelo Poder Público e pela mídia hegemônica.

Com isso, entende-se que o universo da Educomunicação perpassa o processo educativo e comunicativo de aprendizado sobre a mídia e de leitura do mundo, a partir da promoção de um olhar crítico, um ambiente de mediação e troca equiparada entre os indivíduos, com o intuito de produzir conhecimento, gerar independência, autonomia, responsabilidade e, até mesmo, respeito e igualdade nas relações sociais. A Educomunicação, ao reconhecer e codividir preocupações, se situa em um local de interface. Sua função é a de qualificar relações, através de pressupostos, como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa e gestão compartilhada dos recursos de informação.

No caso do projeto analisado nesta pesquisa, o olhar dos moradores das comunidades do Rio de Janeiro se faz presente nas pautas e notícias apuradas pelos

repórteres, no entanto, o Voz das Comunidades ainda não traz o morador, sujeito local, para o centro da produção desse conteúdo e desse ecossistema comunicativo.

E por fim, as reflexões e questões trazidas neste trabalho buscaram contribuir para o debate entre as relações da Educomunicação com a Comunicação e o Jornalismo Comunitários e como esse exercício e prática comunicativa defende o direito humano à comunicação, informação e ao conhecimento como bandeira de luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Educomunicação. Disponível em:<<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao>>. Acesso em 02 de jan. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Zahar, 2003.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação:** construindo uma nova área de conhecimento. 2011.

COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical:** rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. John D. H. Downing com a colab. de Tamara Villarreal Ford, Genève Gil, Laura Stein; Tradução de Silvana Vieira. 1. ed. São Paulo: Senac de São Paulo, 2002.

FERREIRA, Bruno de Oliveira. **Jornalista-educomunicador (a): sentidos de uma nova identidade profissional.** 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil:** organização, sustentação e rotinas produtivas. 2021.

FIGARO, Roseli et al. **Jornalismo digital:** questões metodológicas da análise das condições de produção nos novos arranjos do trabalho dos jornalistas. **Anais**, 2020. Disponível em:<<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003023686.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

FIGARO, R., NONATO, C. **Periodicidade não atende às rotinas produtivas online dos arranjos de trabalho de jornalistas.** Estudos de Jornalismo e Mídia. Revista do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC. Florianópolis, 2023, no prelo.

FONTANA, Andrea; FREY, James. **Interviewing:** the art of science. Handbook of Qualitative Research. N. Denzin and Y. Lincoln. 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** Cortez editora, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, T. S. **Métodos de pesquisa**. Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (org.); coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas**: a palavra da rebeldia. Florianópolis: Insular, 2017.

KAPLÚN, Mario. **El Comunicador Popular**. Equador: Editorial Belem, 1985.

KAZAN, E. M. Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia. 2020. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LEONTIEV, Alexei Nicolaevich (tradução de DUARTE, Manuel Dias). **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, G. L. **Educação Pelos Meios De Comunicação**: Produção Coletiva De Comunicação Na Perspectiva Da Educomunicação. 2009. 135 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, Venício A. de **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. Paz e Terra, 2011.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MELO, José Marques de. **Comunicação**: direito à informação: questões da Nova e da Velha República. 1986.

MOREIRA, Sônia Virgínia; DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 15-47, 2005.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e ação cultural pela emancipação**. Uma práxis jornalística com base nos conceitos de Paulo Freire. Tese de livre-docência. São Paulo: ECA/USP, 2014.

PAIVA, Raquel. **Jornalismo Comunitário**: uma reinterpretação da mídia. Intercom. Portcom. 2006.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*, v. 1, n. 1, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Comunicação e Sociedade*, v. 2, p. 651-668, 2000.

PORVIR. Como o jornalismo pode ser usado como metodologia de ensino?. Ana Luísa D'Maschio. Disponível em: <<https://porvir.org/como-o-jornalismo-pode-ser-praticado-como-metodologia-de-ensino/>>. Acesso em 08 jan. 2023.

REIS, Mariana Ferreira. **Comunicação, cultura e mobilização comunitária.** Curitiba: Appris, 2020.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

ROVIDA, Mara. Jornalismo das periferias. **Revista FAMECOS**, v. 27, p. e37004-e37004, 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, p. 109-130, 2006.

SILVA, Ana Flávia Marques da. **A redação virtual e as rotinas produtivas nos novos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2019.

SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar. **Comunicação para a Ci** em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênero Editorial. 1 ed. 2021; 584 pgs.

SOARES, Donizete. **Educomunicação – O que é isto.** São Paulo: Projeto Cala-boca já morreu, 2015, 140 p.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação.** O conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação:** diversidade, descolonização e redes. 2º ed Petrópolis: Vozes, 2012.

TÓFOLI, Luciene. **Ética no jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

VAZ, Lillian Fessler, SILVEIRA, Carmen Beatriz. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. *Território*, Rio de Janeiro, n. 07, ano IV, p. 51-66, jul/dez, 1999.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VOZ DAS COMUNIDADES - Jornal Comunitário. Disponível em:
<<https://www.vozdascomunidades.com.br/>>. Acesso em 08 jan. 2023.

ANEXOS

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM RAFAEL COSTA, REPÓRTER DO VOZ DAS COMUNIDADES

1. Como você começou a trabalhar no Voz das Comunidades?
2. Como você organiza seu dia a dia de trabalho e produção de notícias? (rotina de trabalho)
3. Qual sua formação? Onde você mora?
4. Qual a linha editorial do Voz das Comunidades?
5. Você cobre locais específicos para o jornal?
6. Já tinha trabalhado em um veículo de jornalismo comunitário antes?
7. Para você, como é a troca e o contato com as comunidades e seus moradores?
8. A comunicação comunitária é diferente das demais, presente nos veículos tradicionais de mídia?
9. Quais os impactos que você enxerga do trabalho do Voz na comunicação?

ANEXO 1A: DECUPAGEM DA ENTREVISTA FEITA COM RAFAEL COSTA, REPÓRTER DO VOZ DAS COMUNIDADES

“Eu sou formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa, do interior do Rio Grande do Sul, e me formei no final de agosto deste ano. Eu moro no bairro do Flamengo, na zona sul do Rio de Janeiro.

Eu comecei a trabalhar no Voz em fevereiro de 2022, eu tinha me inscrito no processo seletivo deles em dezembro de 2021, quando abriu vagas para alguns cargos. Aí tinha lá repórter, cameraman, algo assim, e aí eu tava morando em São Paulo naquela época e me mudei para o Rio de Janeiro em dezembro de 2021, quando entrei no Voz. Muito da ajuda que eu recebi para entrar foi do meu colega, que também trabalhava lá na época, que me indicou para a vaga, e quando eu vim para o Rio de Janeiro, eu fui morar com ele e ele também me ajudou.

No Voz, as pautas chegam através do nosso produtor, Gustavo Eduardo, ele fica nas redes sociais, portais de notícias e WhatsApp, muitas pautas chegam pra nós pelo WhatsApp através de moradores do Complexo do Alemão, de outras comunidades também. Chega para ele, ele vai filtrando e faz uma pré-apuração e ele joga para a chefia de redação, para o Renato Moura, que avalia, reprova e aprovam as pautas. E as que são aprovadas são repassadas para o editor, que é o Jonas de Andrade. O Jonas, por sua vez, pega as pautas aprovadas e vai distribuindo no trello. A gente utiliza muito o trello no nosso dia a dia.

E ele vai colocando lá as pautas pra gente fazer. A partir dali, entra o jornalista, que ele entra lá e já está com uma pauta para ele, e dali eu entro no cartãozinho, pego as informações que o produtor fez lá no início: local, onde tá o problema, contato, aquela pré-produção que o produtor já fez, com quem eu posso falar no local onde está o problema, para entrar em contato com fonte, para fazer uma visita no local com um fotógrafo, ou até já ir falando com a fonte e ir até o local, apurando com a fonte, órgãos públicos, ouvindo todos os envolvidos dentro daquela pauta.

A gente não tem um editorial escrito e marcado com o que exatamente o Voz das Comunidades faz, mas garanto que o que a gente defende é estar do lado dos moradores sobre qualquer problema ou questão que venha a acontecer. Por exemplo, em caso de operações policiais, a gente busca trazer a visão do morador, então o que ele quer saber é se está passando ônibus no local, se escola tá funcionando, se posto de saúde tá atendendo, e também fala de outras informações do que está

acontecendo naquele momento, como que horas começou, quem está no conflito. Por mais que eles estejam dentro da situação, é através dele que a gente conta essa história e ajuda a esclarecer o que está acontecendo no entorno.

O dia a dia do Voz é falar com a comunidade. O Voz tem muita abrangência no Complexo do Alemão, no Complexo da Penha e no Vidigal, que é uma favela na zona sul do Rio de Janeiro. Então, essas são as três principais. Mas a gente já fez algumas matérias no Morro da Mangueira, no Salgueiro, também tivemos matérias no Chapéu Mangueira, Pavão Pavãozinho. A maioria é de viés policial, em favelas que compõem áreas de maior violência.

No Complexo da Maré estamos abordando mais ações sociais, culturais e de esporte. O Voz tem uma coisa muito forte com os moradores, quase todas as pautas que a gente trabalha chega através deles, principalmente pelo WhatsApp e no Instagram também. O Voz tem isso de muito importante, porque não é uma empresa que faz essa apuração, são as pessoas que estão ali, os moradores que contam muita coisa pra nós, problemas que atingem eles, ações que eles fazem dentro da comunidade, ações sociais deles, projetos sócio-culturais, que eles perguntam se dá pra gente divulgar também.

A gente tem essa proximidade muito forte com os moradores, tanto que na nossa rotina, muitas das vezes, a gente tem um contato tão próximo, que às vezes aquela pessoa entra na nossa agenda de contatos e se torna uma fonte, um norte para diversas pautas, outras questões da comunidade que possam vir pra nós. A gente tem uma fonte que é morador de comunidade, que faz um trabalho legal e que está sempre em contato com a gente encaminhando essas pautas.

A gente tem grupos de WhatsApp com os moradores, então aí a gente consegue responder muita informação por ali. É o outro lado da comunidade que tá ali. É por ali que a gente recebe muitas demandas.

Eu confio e acredito muito nisso, sabe, porque isso acontece na prática. Vamos pegar uma comparação que a gente tem, os grandes portais que têm, o G1, Record, SBT, com o Voz das Comunidades. O Voz, por ter aquela abrangência mais limitada, a gente consegue ter as informações mais rápido e ter acesso a informações mais específicas sobre a comunidade. A comunicação comunitária tem um poder muito transformador, assim como a Globo pode chegar aqui e fazer uma matéria sobre um problema da comunidade, o Voz vai chegar primeiro e contar essa história, além do acesso que o Voz tem dentro das comunidades, o olhar que a gente traz.

A comunicação comunitária tem muita diferença com as outras grandes mídias. Eu consigo sentir muito essa diferença, enquanto em um lugar eu falo direto com o morador, eu converso com ele, ele me ajuda a escrever, a gente pode ajudar a resolver determinado problema, em outro veículo onde eu trabalho, eu não tenho esse contato e não consigo sentir essa transformação que a gente consegue fazer.

Eu acredito que o Voz impacta muito justamente pela estrutura comunicacional que ele conseguiu criar, de ter os moradores perto e falar sobre os moradores e com os moradores, o que só o Jornalismo Comunitário é capaz de fazer e tem o poder de produzir.

Agora que o trabalho do Rene, o Voz alcançou 16 anos, fazer uma reflexão de olhar para trás e ver como a história do Voz correu e como ele cresceu, é muito significativo ver tudo que ele conseguiu fazer, o impacto que tem. O Voz trata de um público que tá sempre necessitando de alguma coisa, que é muito injustiçado pelo Poder Público, que não recebe o atendimento correto, tem muitos problemas em questões de infraestrutura, acesso a saúde, educação, diversos problemas sociais. As comunidades são muito atingidas por essas questões.

Mas com o trabalho do Rene e do Voz é muito significativo ver o impacto que isso tem. Quando a gente faz uma matéria sobre problema de esgoto aberto, aciona os órgãos públicos responsáveis, no dia seguinte é chamado alguém para resolver e arrumar, e aquilo ali não é só para o morador que tava reclamando, e sim para a rua toda. A nossa proximidade é tanta, as pessoas, quando as empresas estão fazendo a obra, eles já mandam a foto pra gente mostrando que eles estão trabalhando ali.

Também tem a questão do trabalho do Voz enquanto ONG, de ter uma equipe de Responsabilidade Social e que entrega diversos produtos, mantimentos e ajuda todos os moradores das comunidades. Então é um sentimento de gratidão também de como o Voz se construiu e como ele segue presente na vida de todos eles”.

**ANEXO 1B: LINK PARA A GRAVAÇÃO NA ÍNTEGRA DA ENTREVISTA
REALIZADA PARA ESSA PESQUISA**

https://drive.google.com/file/d/17CPfFH24CENyM-xE9n688v2xgMemvTvc/view?usp=share_link

ANEXO 2: DECUPAGEM DO VÍDEO DA ENTREVISTA NO EVENTO BRAZIL CONFERENCE FEITA COM RENE SILVA, FUNDADOR DO VOZ DAS COMUNIDADES

“Hoje, nosso maior desafio é fazer com que mais pessoas tenham acesso à comunicação comunitária. Nosso país vive hoje, ainda em 2022, a gente ainda tá falando da democratização do acesso à informação, da democratização do acesso à tecnologia, então são vários desafios que nós temos em nosso país como um todo. E para quem mora em favelas, em zonas rurais, em espaços menos assistidos, em periferias do Brasil como um todo, têm menos estrutura ainda, tem menos estrutura para se comunicar, para ter acesso à comunicação, então o grande desafio do Voz das Comunidades é fazer com que mais favelas, mais periferias possam ter veículos de comunicação comunitárias, que possam falar por si como diz na minha camiseta que 'quem sabe da favela é o favelado', a pessoa que escreve, que está lá relatando o que acontece.

Porque a gente tá muito cansado dessa narrativa que tem dentro da grande mídia, até hoje, o Voz tem 16 anos, e a gente surgiu porque a gente não conseguia se sentir representado pela grande mídia. Quando eu abria um jornal, quando eu ligava a televisão, o rádio, eu ouvia só tiroteio, mortes, violência, tráfico de drogas, jovens presos, e hoje, quando a gente liga, é a mesma coisa, a narrativa como a mídia fala sobre esses espaços é a mesma. Então a gente precisa construir a nossa narrativa a partir do nosso próprio olhar, quem conhece, sabe onde a gente vive, somos nós, e a nossa visão é muito importante para que toda a sociedade saiba o que a gente está fazendo, como a gente está fazendo e que tenha acesso a essas outras visões, porque na maioria das vezes, a sociedade como um todo só tem acesso à grande mídia, como principal canal de informação”.

**ANEXO 2B: LINK PARA A GRAVAÇÃO NA ÍNTEGRA DA ENTREVISTA
REALIZADA CEDIDA PARA ESSA PESQUISA**

https://drive.google.com/file/d/17J-4Rkc_CdHDpofWWgWLUC1LAXzgloJ1/view